

Fernandes, Florestan
Da Guerrilha ao socialismo

Everaldo. 24 cópias.

III a guerrilha e a conquista do poder

O fascínio do estudo de Cuba está em que ela desmente todos os dogmatismos possíveis, tanto os "especificamente científicos" como os "puramente socialistas". O dogmatismo, é certo, não passa de uma simplificação, feita em nome do pensamento sobre a "essência", a "verdade" ou o "modo de ser" da realidade pensada. Feito em termos científicos, o dogmatismo desloca a crítica das teorias em favor da verdade absoluta; feito em termos socialistas, ele desloca a crítica dos fatos em favor da única escolha possível. Ora, nenhum cientista social e nenhum socialista revolucionário poderia prever, *ante eventum*, a revolução cubana. Precisamos evocar isso em nosso ponto de partida para não caminharmos do recente para trás, como se a clareza que possuímos sobre muitos acontecimentos e processos históricos fosse dada de antemão e não construída *ex post facto*. Havia uma *razão ideológica e política* que iluminou a *visão* prospectiva de alguns revolucionários e ela se mostrou, sob muitos aspectos, correta. Ainda assim, só um homem, Fidel Castro, chegou ao fundo dessa razão e hoje são evidentes as aproximações e as incertezas que impregnaram suas lutas políticas. Diante de algo tão grande e valioso como essa revolução recomenda-se, pois, que se evitem as simplificações, para apanhá-la o mais possível em seu fluir, em sua totalidade e em sua beleza intrínseca.

Fala-se na guerrilha como se ela tivesse sido um "abre-te Sésamo". Ora, no que diz respeito à revolução socialista não existem fórmulas mágicas nem saídas fáceis, e, muito menos DETERMINISMOS INEVITÁVEIS. Em uma situação revolucionária tudo é possível, inclusive a vitória da revolução. Se essa revolução for socialista, ela libera os seres humanos e suas capacidades criadoras. A revolução crescerá como revolução na medida em que o *socialismo for sendo criado*. Não poderia ser de outra maneira (e note-se: a criação de uma base material adequada faz parte da atividade construtiva dos seres humanos empenhados coletivamente na produção social do homem socialista, da sociedade socialista e da civilização socialista).

Se se observa com cuidado a atividade dos principais líderes da revolução cubana e os vários aspectos centrais da situação revolucionária de que ela nasceu, o que sobe à tona e se impõe sobre tudo o mais são pa-

3

lavras simples, como compaixão, humildade, integridade, fraternidade, repulsa, trabalho, prudência, tenacidade, paciência, abnegação, ousadia, cavalheirismo. Eles não eram "revolucionários profissionais", mas "amantes da revolução" por necessidade, que foram socializados politicamente graças e através dos embates com a situação revolucionária. O seu discernimento (com sua lógica política) não era partidário, exclusivista, o que permitiu que avançassem aos poucos e soubessem aproveitar as oportunidades, espontâneas ou provocadas. Todo socialismo deve ser *experimental*. Não obstante, entre as grandes revoluções proletárias do século XX, é a revolução cubana que apresenta essa face como a mais saliente e característica. Por isso, ela é a mais simples, a mais imprevisível e também a mais tocante, pois brota de dentro do homem para fora, dos sentimentos e aspirações mais profundos dos humildes e dos condenados da terra. O severo travejamento racional, que atravessa todas as correntes do socialismo europeu — e depois atinge os revolucionários russos e chineses — constitui um florescimento tardio (ou uma imposição), na direção da qual os revolucionários cubanos avançaram sempre, ou para conseguir êxito militar e político ou para garantir a continuidade da revolução.

Portanto, se não quisermos reduzir a realidade em nome da dialética temos de aprender a conviver com a grandeza incomum dessa revolução, com sua beleza íntima e exterior — e também com sua ingenuidade perene. A situação revolucionária existia de fato (ela não foi induzida ou inventada: vinha do início do século, agravando-se sem cessar). Mas, como os contra-revolucionários, os revolucionários careciam de meios institucionais e tiveram de descobrir pela experiência *atê aonde ir, aonde teriam de chegar*, independentemente de dogmas e de fórmulas. Como não *suscitaram* e nem mesmo tiveram um papel direto maior na criação da situação revolucionária, também não determinaram nem escolheram quantas revoluções sucessivas deveriam enfrentar, e está acima de dúvida que os *limites à revolução*, nascidos objetivamente, chocaram-se com seu idealismo revolucionário tanto quanto com sua generosidade e sede de justiça. O seu mérito e o seu talento residem no fato de haverem perseverado e levado a revolução *até o fim*. As várias revoluções frustradas e latentes vieram à luz do dia e, ao cabo, a transição para o socialismo corporificou-se e revelou-se por inteiro como solução viável e necessária.

Se devemos operar com a totalidade, ela está aí, nos vários aspectos que se voltam para o passado (remoto e recente), para o presente e para o futuro, e que se ligam entre si de modo inextricável. Não é possível dar conta de tudo (nem isso seria desejável). A tarefa que se define a esta unidade de trabalho didático é clara: como se passa de maneira tão rápida da pré-história à história de Cuba. A essência da revolução cu-

bana não está em ter desatado o nó górdio do neocolonialismo e da dominação imperialista, mas na construção de um caminho socialista para o futuro. Essa Cuba socialista será sondada adiante. Aqui, avançando aos poucos, temos de concentrar-nos em um assunto candente: sem a guerrilha não haveria nem conquista do poder nem transição para o socialismo. O debate sobre a "teoria do foco" não nos interessa. Inclusive, não vamos examinar a guerrilha por dentro, em seus aspectos propriamente militares. Isso já foi feito por quem de direito (como Ernesto Che Guevara ou Fidel Castro). Em nossa discussão, ganham precedência: a constituição de uma situação revolucionária, que converteu a guerrilha no *meio cubano* de chegar ao socialismo; e a guerrilha que permitiu, a um tempo, desagregar a capacidade de resistência da tirania burguesa e neutralizar a dominação imperialista dos Estados Unidos. Segundo a natureza do assunto, esta unidade didática será devotada: 1º) ao resumo dos argumentos sociológicos que nos esclarecem quanto ao tema *Por que Cuba?* (uma revolução de tal magnitude não ocorreu, apesar de tudo, nos países tidos como os mais avançados da América Latina); 2º) ao balanço das razões que converteram a guerrilha no "braço político" de uma revolução que derrota, simultaneamente, vários inimigos internos e externos e impõe a pergunta — *Por que a guerrilha?* 3º) e a uma última análise — por que os *guerrilheiros não traíram*, por que romperam com uma "tradição política" cubana, a de traficar com o imperialismo e com o poder? Não se trata de endeusar alguns homens, identificados como guerrilheiros, tampouco de reduzir a revolução, em seus vários momentos, à guerrilha. A guerrilha foi um mero instrumento e seria preciso que não se perdesse de vista que mesmo a luta armada ultrapassou a guerrilha, logo transformada em apêndice ou técnica suplementar da guerra de movimento. Ela é essencial porque representou algo parecido com o que foram os partidos socialistas revolucionários em outros países. Ela plasmou a mentalidade revolucionária e educou os guerrilheiros para a ação política revolucionária, estabelecendo os marcos que separariam a "sua" revolução das outras. A guerrilha como entidade romântica e o guerrilheiro como homem providencial são mitos. Em um estudo histórico-sociológico mais amplo isso deveria ser tomado em conta. O que é dispensável neste curso elementar.

1 — Por que Cuba?

Para muitos, é um enigma que a revolução, que iria abrir pelo meio a história das Américas, tenha ocorrido em Cuba. *Por que Cuba?* Po-

deríamos seguir em frente, desdenhando esse debate, no fundo ingênuo. Proceder desse modo seria ignorar, porém, que a revolução cubana transcende a Cuba e ao Caribe: ela coloca as Américas no próprio circuito de formação, difusão e expansão de um novo tipo de civilização. Representa, para todas as Américas, a conquista de um patamar histórico-cultural que parecia nebuloso ou improvável e, para a América Latina, em particular, a evidência de que existem alternativas socialistas para a construção de uma sociedade nova no Novo Mundo. Apanhar o tema por aqui implica, sem dúvida, uma deflexão. Não há nada de mal em aceitá-la, desde que se mantenha presente a idéia de que semelhante discussão é preliminar (ela não explica a revolução cubana). Não devemos, sob qualquer hipótese, atar Cuba aos que ficaram para trás e o que há de mais importante a conhecer tem de ser visto por Cuba e através de Cuba. Portanto, à presente discussão cabem dois temas. Primeiro, sem pretender levar a análise muito longe ou mais a fundo, como entender-se o "salto revolucionário" cubano? Segundo, como se constitui e evolui (quanto a certos aspectos essenciais para o entendimento do presente) a situação revolucionária que levaria ao socialismo? Vejam bem, precisamos fugir ao europeucentrismo e à poluição cultural norte-americana. As nações capitalistas industrializadas e "adiantadas" bloqueiam o avanço do socialismo: uma *via democrática*, que impede a revolução; ou uma *via revolucionária*, que conduzirá à democracia socialista? Esse é o dilema e a experiência cubana nos leva à essência desse questionamento.

Não se poderia falar num *elemento diferencial* decisivo. Contudo, conjecturas ou presunções comparativas permitem salientar que o teor do nacionalismo cubano e as peculiaridades da revolução nacional em Cuba permitem entender e, até certo ponto, explicar o mencionado salto. Trata-se de um bom ângulo de observação e de análise, porque tanto o nacionalismo quanto o clímax da revolução nacional têm de ser pensados à luz da interação entre estruturas em mudança e história da sociedade global, envolvendo também fatores psicológicos e políticos que operam em continuidade e em profundidade. Uma consequência, que precisa ser mencionada: dessa perspectiva, a revolução cubana é representada em estreita conformidade com as identificações ideológicas e as polarizações utópicas do movimento castrista, como ele se delineia na época de sua estruturação e desencadeamento.

Já foi acentuado que a frustração da emancipação nacional apenas reformulou, aprofundou e transferiu para diante as funções históricas desagregadoras e construtivas da revolução nacional. Um dos efeitos mais importantes desse processo aparece no tipo de nacionalismo que se constitui em Cuba, ao longo de uma evolução secular. Em outros países, sentimentos e ideais nacionalistas foram decepcionados da *idéia de*

nação, pois o que se definiu como "nação" era uma projeção "liberal" dos interesses e dos valores conservantistas dos estamentos privilegiados (que, de fato, não realizaram um movimento nacional e limitaram-se a criar um estado oligárquico, de substituição da Coroa e do governo colonial). Tudo isso vinha antes do aparecimento de burguesias mais ou menos consolidadas e, portanto, estava-se muito longe das funções que o nacionalismo representou, no desenvolvimento capitalista, como fator de unificação política e de hegemonia social de classe. Em Cuba, mesmo os rudimentos dessa transformação não se produziram historicamente e o nacionalismo confinou-se aos setores mais radicais das várias camadas sociais da população. Ele cresceu não a partir da dominação econômica, social e política dos estratos conservadores, freqüentemente aliados aos controles externos e à própria repressão antinacionalista, mas da confluência de várias forças sociais divergentes, empenhadas na liberação nacional, no combate ao governo colonial e à dominação espanhola ou nas lutas contra o imperialismo e a dominação norte-americana. Embora os intelectuais tivessem um papel enorme na formulação política dos vários *projetos nacionalistas* sucessivos, eles não passavam de porta-vozes (e, por vezes, de líderes) de sentimentos e ideais nacionalistas profundos, sofridos e exaltados, compartilhados de forma vertical pelos setores mobilizados pela *militância nacionalista*. Ocorre, assim, um desenvolvimento do nacionalismo de baixo para cima, sob uma constante fermentação política radical-nacional, que oscilava nos momentos de maior tensão econômica, social e política. Acresce que todos os conflitos, entre estamentos, primeiro, e entre classes, depois, tinham de passar pelo crivo desse nacionalismo militante e de sua alta fermentação política. Ele foi paralizado ou neutralizado pela ordem social colonial e, por pouco mais de meio século, pela ordem social neocolonial. O que não impediu que ele crescesse, amadurecesse e acabasse por exprimir um corte vertical de uma sociedade lançada com todo o vigor na aspiração de tornar-se uma nação-livre, independente, senhora de seu destino histórico e de sua soberania política. Em suma, um nacionalismo puro, de *apóstolos* (lembrem-se da representação normal e do culto a José Martí), que se insurgia contra a capitulação negociada dos estratos dominantes da burguesia e contra a intromissão sistemática do imperialismo. Nas décadas de 1930 e 1950 esse nacionalismo ressurgiria em um clímax histórico, batendo-se aguerridamente contra esses dois pólos simultâneos, em um clima político suscetível de elevar ao máximo sua eficácia ideológica e utópica. Dada a penetração imperialista na dominação burguesa, a compulsão contra a ordem neocolonial abrange componentes radical-burgueses, que poderiam conter a revolução nacional sob o capitalismo, e componentes estritamente anticapitalistas, que tenderiam

a levar a revolução nacional até ao fundo. Na luta contra Batista esses dois componentes se mesclaram e ativaram-se mutuamente. Depois do êxito do exército rebelde, os segundos componentes se impuseram e cresceram rapidamente, mostrando a verdadeira face revolucionária do nacionalismo cubano. Nenhum país em todas as Américas chegou a elaborar um nacionalismo desse tipo, que pudesse encadear-se quer a uma vitória burguesa, com a integração nacional que daí poderia resultar, quer a uma vitória das massas e do proletariado, com a libertação nacional conseguinte e a transição para o socialismo. Nas fases decisivas da desagregação da ordem social neocolonial, esse nacionalismo libertário teve uma enorme importância dinâmica na mobilização das massas e na implantação do *poder popular*.

A revolução nacional, como processo histórico e como transformação política, contém duas peculiaridades centrais no caso cubano. Uma diferença relaciona-se com elementos típicos distintos vinculados à alteração do contexto histórico-social (algo inevitável: não só se passa do século XIX para o século XX; a conexão entre capitalismo, contenção da descolonização e uma dominação externa que se torna imperialista particulariza meio século de evolução histórico-social). Outra diferença relaciona-se, especificamente, com o conteúdo de classe (e não, apenas, com o conteúdo social) da revolução nacional em Cuba. Esta perde e vence tardiamente, mas não *em atraso*: no fluxo de uma transformação profunda da sociedade cubana, ela teria de refletir — e a elas dar predominância — as forças sociais revolucionárias do século XX (e não às que *poderiam ser* revolucionárias por ocasião da "guerra dos dez anos" ou da "revolução de 1895").

A regra, na América Latina (não nos Estados Unidos; mas também no Canadá), consiste em que as revoluções "nacionais" vitoriosas eram lideradas e freadas pelos estamentos privilegiados dominantes. Na verdade, a revolução nacional significava, como ponto de partida, uma *nativização* dos controles económicos, sociais e políticos — inclusive ao nível do poder político-estatal: surgiu um estado despótico, menos "nacional" que estamental, oligárquico, escravista (em muitos casos) e antipopular (sua órbita democrática era restrita e só possuía plena eficácia para os estamentos que se viam como o *povo* e a *nação*, em nome dos quais se pronunciavam para defender interesses particularistas e ultraparticularistas, todos entranhadamente antinacionais ou extranacionais). Ao retardar-se, a revolução nacional em Cuba fugiu a esse circuito nefasto. A tutela conservadora e reacionária impediu ou freou a desagregação da ordem colonial e impôs uma ordem neocolonial que tornava a idéia e a realidade da nação inviáveis. Todavia, quando o fluxo da revolução nacional cresce até um nível de ebulição irreduzível e indestrutível, nas lutas contra a ditadura de Machado, ou seja, da década

de 1930 em diante, essa tutela não tinha como impor-se. Ela se fragmentara, despojando as classes burguesas de uma posição estratégica no controle político e policial-militar do movimento nacionalista. Tudo isso iria agravar-se em seguida, pois o antiimperialismo e o antagonismo provocado pela ditadura de Batista converteu a revolução nacional em uma autêntica cruzada (no que se poderia chamar de uma *revolução dos povos*, de todas as classes, contra a ordem social vigente — portanto, com base de unificação nos interesses e valores sociais comuns a todas as classes). A *idéia de nação* corporifica-se, pois, nesse contexto histórico-social como uma concreção que deveria atender tanto às classes possuidoras e a seus estratos dominantes como às classes trabalhadoras e aos estratos mais humildes.

A essa diferença de contexto histórico-social corresponde, naturalmente, uma diferença de conteúdo de classe da revolução nacional. Nas condições particulares da luta contra o imperialismo e as ditaduras de Machado ou de Batista, a tendência a privilegiar os interesses e os valores sociais comuns era moderada e burguesa. Essa tendência estava em atrito com forças sociais ultranacionalistas (de "direita" e de "esquerda", em termos relativos: pensando-se no ultranacionalismo dos *colonos*; e no nacionalismo libertário inerente ao movimento estudantil, ao *sindicalismo* ou ao *socialismo* das classes trabalhadoras). E, o que é mais importante, ela também estava sendo deslocada pela tendência alternativa, pois o próprio centro de gravidade da revolução nacional passara, gradativamente, do topo para a base da sociedade. O nacionalismo militante extremado, puritano e revolucionário caíra nas mãos dos jovens radicais, de certos estratos das classes médias e da pequena burguesia e, principalmente, do proletariado rural e urbano. Se já era impraticável conter a revolução nacional *dentro da ordem* (como conciliá-la com a ordem social neocolonial?), esse deslocamento do centro de gravidade pressupunha que *os limites* da revolução contra a ordem iriam nascer da prática política e da luta militar (não do nacionalismo, em si mesmo, nem das ideologias e utopias das classes em conflito). Por essa razão, à medida que a relação de forças decide que o que deveria prevalecer eram os interesses e os valores das massas populares (isto é, das classes trabalhadoras), a revolução nacional irá deslocar-se no sentido de corresponder, estrutural e dinamicamente, ao seu novo eixo gravitacional. Esse impulso se devia à necessidade de extirpar o neocolonialismo em todos os níveis (o da dominação imperialista e o das classes burguesas cubanas). Porém, ao ir tão longe e tão fundo, ele desprende a revolução nacional do "idealismo burguês", do liberalismo, da democracia constitucional e representativa. E inverte a tendência predominante no século XIX: o conteúdo de classe da revolução nacional viria de baixo para cima, ou seja, das massas popu-

lares, dos humildes e explorados, dos setores organizados das classes trabalhadoras.

Em conseqüência, a revolução nacional deixa de ser uma revolução puramente política (de construção de um aparelho de dominação estatal "soberano", nacional e "independente"). Ela se dissocia — depois que os guerrilheiros dividiram o poder com setores radicais da burguesia — segundo ritmos crescentes e rápidos, da impregnação burguesa de defesa e consolidação de uma tão almejada ordem social competitiva. A experiência histórica com a ordem social competitiva fora catastrófica: levava Cuba ao impasse econômico, social e político que se configura dramaticamente na década de 1950 e denunciado de modo tão vivo por Fidel Castro. Para que a burguesia pudesse impor uma revolução contra a ordem através do capitalismo seria necessário que ela preservasse suas posições estratégicas de dominação de classe. A plebe não tinha vínculos fundamentais com a ordem social competitiva e a aceleração da revolução nacional levou-a à conquista de uma nova composição, da qual resultaria a hegemonia de classe dos trabalhadores. Pela primeira vez, na história da América Latina, uma revolução nacional deixaria de dissociar o elemento nacional do elemento democrático, e ao vencer, a idéia de nação arrasta com ela a construção de uma ordem social-intelectual nova e socialista.

É arriscado tentar uma interpretação sociológica global da revolução cubana. Não porque ela esteja muito perto. Mas, porque a investigação sociológica da sociedade neocolonial ainda é insuficiente. Há, além disso, a desvantagem de algumas das melhores descrições e interpretações terem absorvido demais modelos ou pressupostos do desenvolvimento capitalista autônomo, o que coloca a perspectiva de interpretação que perfilho, mais rigorosa quanto à especificidade da situação concreta, sob suspeita de parcialidade. Apesar de tudo — partindo dessa perspectiva e tomando em conta o fim desse período, que vai da década de 1930 ao primeiro ano da década de 1960 — gostaria de, buscando a "unidade no diverso", dar um balanço na superposição, desencontros e interpenetração de alterações estruturais (aqui descritas em termos da passagem da ordem social neocolonial para uma nova ordem social competitiva, que estava em processo mas acabou esboroando-se) e de transformações históricas (aqui focalizadas em termos da atuação de personalidades, grupos e correntes políticas, que mudaram o curso daquele processo e criaram uma alternativa não prevista para o desfecho das lutas contra a tirania e o imperialismo e pela autonomia nacional). Sem dúvida, as alterações estruturais também são história (história em profundidade e de longa duração); e as transformações históricas, quando afetam o comportamento coletivo e o "destino" de uma sociedade nacional, também são estruturais (as estruturas em

emergência e em formação, que, no caso cubano, revelam uma guinada por causa da "revolução na revolução": o salto do capitalismo ao socialismo). A importância de manter as distinções aparece ao nível da consideração do objeto — o grau de consciência racional ou objetiva alcançada pelos indivíduos, grupos ou classes sociais em conflito dos processos em curso; e, suplementarmente, ao nível da interpretação. Se não recorrermos ao nível mais profundo, paradoxalmente, seremos incapazes de entender a situação revolucionária que se formou dentro da ordem social neocolonial e serviu como uma espécie de escada-rolante da verdadeira revolução, que estava encubada nos fatos e na consciência social mas que só se revelou plenamente a partir dos avanços históricos que ocorreram até a constituição do governo Urrutia e sua queda.

Uma coisa se poderia dizer: a forma de produção capitalista, com seu padrão de composição da população, a expansão relativa do regime de classes e seus requisitos políticos, havia ido longe demais para caber nos quadros da ordem social neocolonial. Esta, depois das crises das décadas de 1920 e 1930 e, principalmente, da recuperação dos níveis alcançados pelas forças produtivas, convertera-se em verdadeira camisa-de-força para o desenvolvimento capitalista. Toda a celeuma causada pela "desorganização" da economia ou o "caos" da sociedade deveria ser vista através deste prisma. Forças econômicas, sociais e políticas não encontravam vias de expressão e regulamentação — o que K. Mannheim formulava como disciplinação e estruturação; mesmo que o capitalismo se preservasse, as forças emergentes exigiam o espaço nacional de que eram privadas (ou seja, em outras palavras: a ordem neocolonial bloqueava as referidas forças, impedindo que dela própria nascesse, espontânea e naturalmente, uma ordem social competitiva suficientemente diferenciada, integrada e dinâmica para responder "às exigências da situação"). Portanto, a vitalidade dessas forças — já nas condições que marcam a queda da ditadura Machado — sublinha algo evidente: tanto ao nível da burguesia como ao nível do operariado, estabeleceram-se contradições insanáveis (que iriam agravar-se incessantemente, em seguida) com o modelo neocolonial de desenvolvimento capitalista. Este modelo se esgotara e, na medida em que se perpetuava, pela pressão imperialista, pela resistência à mudança das classes privilegiadas ou pela reprodução estática da ordem (uma força de "inércia" muito forte em situações neocoloniais prolongadas ou permanentes), criava uma espécie de hiato histórico (a vigência sem eficácia da ordem neocolonial, que deveria desaparecer mas sobrevivia em contraposição à necessidade de uma ordem social mais complexa, a ordem social competitiva, parcialmente presente em muitas relações de produção ou de mercado, mas que não podia crescer e universalizar-se). Tudo isso dava uma idéia falsa de desordem institucionalizada ou

de um caos invencível. O que havia, de fato, era uma extrema duração e um extremo aprofundamento da *desordem transitória*, intrínseca à mudança social progressiva (na linguagem de muitos autores, a chamada "mudança estrutural"). Nenhuma sociedade pode suportar essa situação sem comoções internas graves e uma aparência de "catástrofe final". Uma ordem social demasiado débil para controlar as crises econômicas, a anomia social e a violência política, tão rica de artifícios para explorar todas elas e por isso para agravá-las *normalmente*, ao desagregar-se as expunha a um ciclo paroxísmico. Meu convite, pois, é para que se repense o *dilema da transição* da ordem social neocolonial para a ordem social competitiva. Não era só o centro imperialista que "brecava o carro". As classes burguesas não tinham como trocar as marchas, primeiro, e como deslanchar, depois; a camisa-de-força da ordem social neocolonial as tolhia, enquanto toda a sociedade era sacudida de alto a baixo pelas forças que nasciam de seu crescimento econômico, demográfico e cultural. Por conseguinte, a emergência da ordem social competitiva encontrava entraves onde deveria achar estímulos e as classes dominantes — *internas e externas* — passaram a agir contra si próprias e suas situações de interesses, pensando que defendiam o "desenvolvimento capitalista". Em suma, aí se configura plenamente uma situação revolucionária explosiva. Uma situação revolucionária que não precisaria agravar-se se pudesse resolver-se por meio de uma revolução dentro da ordem (ou seja, como uma transformação capitalista *dentro* da transformação capitalista, pela absorção de estruturas e funções coloniais pelo elemento dinâmico nacional). Essa história não estava ao alcance de Cuba (embora ela se tenha repetido em tantos lugares). E uma situação revolucionária, de origem tão rudimentar — *uma exigência do capitalismo* — serviu para acionar uma transformação que levou a descolonização até o fundo e até o fim (e poderia completar-se a revolução dentro da ordem de outra maneira?).

A situação revolucionária apontada já estava montada, com todos os elementos estruturais e dinâmicos que a tornaram cíclica, durante a derrubada de Machado e nas tentativas subseqüentes de reconstrução, que falharam de modo completo. Por aí se tem o percurso histórico do crescimento latente dessa situação, até ao seu clímax e desenlace na década de 1950. O que deve interessar-nos, aqui, são os aspectos vinculados às relações e conflitos de classes, que permitem entender, de um lado, porque a transição da ordem social neocolonial para a ordem social competitiva era impossível e, de outro, porque a própria situação revolucionária foi conduzida à solução do impasse pela guerra civil. De uma perspectiva histórica externa e superficial, toda essa evolução pode ser ignorada. A luta contra Batista ganha o centro do palco e a derrota do imperialismo aparece como uma consequência. No entanto, se

se vai ao fundo das contradições que *trabalharam* (ou movimentaram) aquela situação revolucionária, descobre-se: 1º) que sua razão de ser não era a "impotência da burguesia", mas a inviabilidade, nas condições cubanas, da ordem social neocolonial e a impossibilidade de conseguir-se, dentro dela, uma transformação capitalista do capitalismo existente; 2º) que os processos históricos iriam deslocar rapidamente o eixo de gravitação dessa situação revolucionária da transformação capitalista inviável para a construção de uma ordem social que rompia em todos os pontos com o passado e com o presente, convertendo a liberação nacional, o antiimperialismo e a revolução democrática na espinha dorsal do nascimento de novas formas sociais de produção, de organização da sociedade e de ordenamento do estado. Ao ativar-se, em suma, a descolonização rompeu com o que se tornara uma *camisa-de-força capitalista* e imprimiu à situação revolucionária os ritmos e os alvos das revoluções proletárias do século XX.

Para esclarecer esse quadro global é necessário tomar-se em consideração alguns aspectos centrais das relações e conflitos de classes. De um lado, como estas relações e conflitos refletiam-se na composição e funcionamento da dominação burguesa. De outro, como e porque a oposição à ordem neocolonial atingiu as proporções de uma revolução social; malgrado as inconsistências e as debilidades do regime de classes (e talvez por isso mesmo, pois se ele estivesse *mais consolidado* as saídas *contra a ordem existente* encontrariam outros obstáculos e dificuldades, inclusive ao nível da ligação das massas populares e das classes trabalhadoras com várias modalidades conhecidas de *emburguesamento*).

No plano da dominação burguesa operavam três elementos contraditórios. Primeiro, o elemento hegemônico, intrínseco aos interesses norte-americanos e ao imperialismo. Apesar das divergências setoriais e malgrado certas mudanças ocorridas no controle econômico, com o aparecimento de novas áreas de investimento e de produção industrial, o imperialismo continha a impulsão norte-americana de *modernizar Cuba* nos limites neocoloniais. Foram feitas concessões, como a extinção da Emenda Platt (em 1934) ou as recomposições surgidas nos negócios do açúcar. Mas, o esquema de intromissão sistemática e universal conservou-se intracto, tanto ao nível econômico como aos níveis cultural e político. Portanto, esse pólo poderoso, por sua importância decisiva nas entradas de capitais, na transferência de tecnologia e nos fluxos do crescimento capitalista, constituía o fator dinâmico do impasse, pois era ele que impedia, de fato, o colapso da ordem social neocolonial e sufocava as potencialidades de expansão da ordem social competitiva em Cuba (a qual requeria uma "revolução dentro da ordem" temida e bloqueada, sobretudo, a partir de fora). Ao contrário da Espanha, os Estados Unidos não cederam terreno e mantiveram sua posição

de poder de modo determinado (e mesmo com evidente miopia política). Segundo, os interesses capitalistas "locais" (ou internos) que, de maneira alegórica, se poderia dizer estarem envolvidos na *cubanização* do desenvolvimento capitalista. Esse pólo detinha um poder econômico e social considerável, pois abrangia vários tipos de negócios (entre os quais estavam os de dois setores relativamente atuantes, como os *hacendados* empenhados na recuperação dos engenhos e os *colonos*). Ele sofria, não obstante, uma dupla paralisia. De um lado, estava dividido diante do imperialismo e quanto ao calibre revolucionário do movimento nacionalista. De outro, não possuía uma base material e social bastante forte para extinguir a safra de governos ditatoriais e corruptos típica da agonia da "República intervenida". Na hipótese de um longo período de estabilidade econômica, social e política, poderia *avancar por dentro*, logrando a *cubanização paulatina* do desenvolvimento capitalista (comandando o crescimento da ordem social competitiva). Criou-se, pois, um círculo vicioso: esse pólo carecia de que o desenvolvimento capitalista reforçasse sua posição e, na verdade, sua maior autonomia relativa constituía um pré-requisito para a *cubanização* do desenvolvimento capitalista. O estancamento econômico e a instabilidade social cortaram esse caminho pela raiz, deslocando a órbita do movimento nacionalista para fora do campo das "forças da ordem". Esse pólo não foi neutralizado, mas perdeu poder real e só concorreu ativamente para a desestabilização do regime vigente por meio de alguns de seus setores mais radicais e nacionalistas. Faltou-lhe o que se poderia descrever como "movimento de bloco", o que redundou na perda da oportunidade histórica que se abria, embora debilmente, à burguesia cubana. Terceiro, toda a massa de interesses capitalistas cubanos, repartidos pelos vários setores da economia e da sociedade, que oscilava entre uma forte propensão pró-imperialista e um retraimento autoprotetor. Esse era o pólo mais odiado pelos revolucionários, qualquer que fosse sua identificação ideológica ou seu fervor nacionalista. Nele imperavam a corrupção sem mistérios, o oportunismo reacionário, a indiferença perante a situação de calamidade nacional de Cuba, um conservantismo cego, etc. Contudo, por efeito de uma gravitação passiva, nele também contavam os que possuíam um espírito capitalista fraco ou apático (confiavam tão pouco em uma possível *cubanização* do desenvolvimento capitalista que preferiam bloquear quase 500 milhões de dólares, entre investimentos nos Estados Unidos e o entesouramento). Podiam ver "com simpatia" as irradiações do nacionalismo e a causa da democracia, mas omitiam-se e reforçavam, indiretamente, o que restara da burguesia compradora.

Esse apanhado geral indica duas coisas. A dominação burguesa estava cindida, em termos estruturais. O imperialismo não era somente

um "tema político". Ele definia a orientação da dominação burguesa e constituía seu centro de gravidade, não a partir de fora, mas a partir de dentro, de onde bloqueava a iniciativa das classes possuidoras, principalmente ao nível de seus estratos dominantes. Por aí, a liquidação do *status quo* tornava-se impossível e o desenvolvimento capitalista ficava imantado às condições neocoloniais, que precisavam ser superadas e destruídas pelas classes burguesas. A ordem social, que deixara de responder às exigências da situação histórica, era preservada em detrimento de Cuba como um todo e à revelia dos setores da burguesia cubana que poderiam liderar uma implantação mais rápida da *cubanização* do desenvolvimento capitalista. Além disso, a dominação burguesa também estava cindida em termos das situações de interesses e de valores das próprias classes burguesas cubanas. Ela não possuía nem unidade nem firmeza e eficácia — o que retirava das classes possuidoras e de seus estratos dominantes a possibilidade de se verem convertidos em núcleo dinâmico de desagregação da ordem social neocolonial e de aceleração do crescimento interno da ordem social competitiva. Este processo se desenrolava e se acelerava, portanto, por cima e contra o que poderia desejar ou preferir a *burguesia nacional*. Existia uma *oportunidade histórica concreta* (inclusive em termos de autodefesa e de "exigências da situação", pois desde a derrubada da ditadura Machado a instabilidade política passara a minar as bases econômicas de dominação de classe da burguesia). Essa oportunidade, porém, não podia ser aproveitada pela burguesia, o que suscita não a questão da "impotência da burguesia cubana" mas a de saber: para que classes ou setores de classes surgira aquela oportunidade histórica? As classes burguesas deveriam desprender-se e opor-se violentamente às condições neocoloniais do desenvolvimento capitalista, à frente de uma revolução política contra a ordem existente. Não realizando essa transformação, elas continuaram a ser as classes burguesas que construíram e mantiveram o neocolonialismo com suas próprias mãos. Como poderiam surgir e atuar como *classes revolucionárias*? Desse ângulo, nem os Estados Unidos avançaram, para proporcionar à burguesia cubana espaço econômico e político para realizar uma revolução dentro da ordem, pela qual a ordem social competitiva poderia sair da hibernação, nem as classes burguesas de Cuba possuíam condições e meios para se tornarem revolucionárias ao nível de profundidade que se impunha espontaneamente, a qual exigia que "arriscassem tudo" em troca de algo que parecia uma *utopia* ou um "sonho". O essencial, pois, não é o quanto a burguesia cubana estava dividida internamente, mas o fato de haver preferido a contemporização como técnica de acumulação de forças.

No plano da oposição havia uma fragmentação histórico-social e política simétrica. Os elementos que saíam das classes possuidoras — de

seus estratos altos, médios e baixos — achavam-se divididos por interesses, valores e opções ideológicas ou políticas. Nesses setores, o patriotismo radical dos colonos, por exemplo, só tinha em comum com o nacionalismo das correntes socialistas ou ultra-radicais o *élan* independentista do antiimperialismo. O que os colonos pretendiam era uma espécie de *purificação da ordem*, como paladinos mais extremados da consolidação da ordem social competitiva (em suma, queriam todas as vantagens do desenvolvimento capitalista, sem a presença asfixiante e os entraves dos norte-americanos). As correntes socialistas e ultra-radicais traziam, pela juventude universitária, os intelectuais ou a esquerda católica, o sopro mais profundo e puro da utopia nacionalista. No entanto, seus comoveros sacrifícios não as retirava de um isolamento relativo desesperador, que as conduzia à revolta moral e ao extremismo, divorciando-as cada vez mais da situação revolucionária de que emergiam e de sua própria condição burguesa. Por sua vez, os movimentos de massa vinculavam-se às classes trabalhadoras e retiravam sua dinâmica dos processos estruturais mais profundos, pelos quais as greves, a luta por liberdade, pela democracia, e por condições de trabalho, etc., os tornavam ativos na desagregação da ordem social neocolonial e na expansão simultânea da ordem social competitiva. Respondiam a uma postura nacionalista e antiimperialista, mas ela não lhes fornecia uma ética revolucionária. Suas bandeiras estavam em reivindicações estratégicas que exigiam a presença de uma burguesia forte e que, na ausência de uma revolução dentro da ordem, compeliram as classes trabalhadoras e seus alvos históricos a deslocar-se crescentemente para a esquerda. Não obstante, elas teriam de ser o alfa e o ômega de qualquer solução, capitalista ou anticapitalista, e suas reivindicações tanto aceleravam a desagregação da ordem existente como faziam oscilar as forças que trabalhavam por dentro da situação revolucionária, aumentando sua instabilidade e labilidade.

Esse bosquejo deixa claro que a dificuldade de uma evolução decisiva também existia na área radical dos setores burgueses e no núcleo mais organizado e ativo das classes trabalhadoras. É preciso notar que o "imobilismo" da burguesia não procedia da falta de ação, mas da incapacidade de romper frontalmente e de uma vez por todas com a ordem social neocolonial. Ora, a mesma coisa acabaria acontecendo na oposição, na qual o excesso de ação dispersiva fragmentava e enfraquecia a luta contra a ordem existente. A oposição era uma congêrie: ao ativar-se politicamente, tendia a provocar o contrário do que pretendia, isto é, contribuía para fortalecer a reprodução estática daquela ordem. O governo ditatorial e os interesses norte-americanos ou cubanos mais ou menos favoráveis ao neocolonialismo ganhavam maior espaço histórico para agir reacionariamente ou contra-revolucionariamente,

em nome da defesa dos costumes, da ordem ou da propriedade e do direito. Todavia, as divisões que floresciam não eram paralizadoras. Ao contrário da dominação burguesa, a oposição contra a ditadura e o imperialismo podia aproveitar a oportunidade histórica, embora a questão fosse *como?* e *até onde?* Sem um mínimo de unificação política este avanço seria impossível e, pelo que se sabe, as contradições históricas não se resolvem por si mesmas, automaticamente.

Esse impasse foi rompido graças a três elementos. Primeiro, o agravamento espontâneo constante da situação revolucionária (os que teimam em ignorar este componente, porque era *intrinsecamente capitalista e foi subestimado*, não conseguem entender que a guerrilha não criou "outras Cubas" porque estava fora de seu alcance engendrar a própria situação em que ela se tornaria *revolucionariamente operacional*). O agravamento nascia de vários focos distintos. O mais importante estava nas pressões radicais de baixo para cima dos trabalhadores e na insatisfação popular generalizada. A situação de interesses e de valores das classes trabalhadoras (ao contrário do que ocorreu com as da burguesia), naquele período histórico, tendia para a unificação e para a tática da pressão em todas as frentes. Para as classes trabalhadoras a dominação burguesa era uma dominação de classe. Não importava quem, na burguesia, estava de que lado e a interferência imperialista só agravava a exasperação existente e tornava a burguesia, como um todo, mais vulnerável. [Quando o elemento imperialista penetrava o conflito de classe, para o setor mais organizado e forte dos trabalhadores o que entrava em questão era o componente hegemônico da dominação burguesa.] Portanto, é de baixo para cima, das classes trabalhadoras e da população pobre que parte a principal força desagregadora da ordem, o dissolvente invisível e o fator básico da deterioração do poder real da burguesia e de seus governos. As reivindicações eram postas e repostas com tenacidade e violência crescente, obrigando a burguesia a encolher-se e a mostrar sua incapacidade de conduzir a necessária transformação capitalista do capitalismo, sem avançar na mesma direção que as classes trabalhadoras e a população pobre. Em consequência, é essa pressão anônima mas maciça e constantemente crescente que muda a qualidade da situação revolucionária e que faz com que esta própria ultrapasse os quadros do capitalismo e da atuação de classe da burguesia. Por fim, a questão de derrubar a ordem existente passou a ser uma questão política de natureza militar. A ordem neocolonial já estava praticamente destruída e mantinha-se por uma *máquina de coação*, que precisava ser desafiada e derrotada. O essencial, nesse quadro, não é, como já se supôs, a "substituição de gerações" na década de 1930 e nas lutas contra a ditadura de Machado. Mas, o ímpeto especificamente revolucionário das forças que sofriam as consequências mais

destrutivas e desumanas da ordem social neocolonial. A expansão do regime de classes prendia-se à expansão do capitalismo, o que, em Cuba, só poderia ocorrer através de um novo modelo de desenvolvimento capitalista. Se este não era possível, as lutas de classes teriam de caminhar rapidamente para outro terreno e de redefinir-se segundo um novo eixo histórico, no qual as classes trabalhadoras e a massa pobre da população apareciam como portadores do poder real revolucionário.

O segundo elemento é o que funcionou, ao longo de várias décadas, como o "barril de pólvora" da sociedade cubana. Não só as gerações jovens, seu idealismo nacional e radicalismo político, mas o desenraizamento deliberado e desesperado de jovens que repudiavam todo um estilo de vida e de poder que *conheciam por dentro*. Muitos brechariam a ruptura dentro da situação revolucionária que se configurava como "Cuba para os cubanos". Outros, saltaram logo desses limites e viram que o antiimperialismo exigia, como algo inevitável, o anticapitalismo: não se poderia dar um salto histórico sem o outro e, portanto, impunha-se ir direto à concepção libertária e socialista de liberação nacional. Ora, uma geração que se desprendera de sua classe e da ideologia de sua classe acabara ficando livre para fazer uma ou outra coisa. O que é fundamental: no caso de Cuba esse processo transparece desde as lutas da década de 1930. Todavia, à medida que a desagregação da ordem social neocolonial se completa é que as classes trabalhadoras passam da *revolução dentro da ordem* para a revolução contra a ordem, a socialização política do *jovem radical* sofre uma transmutação. Ele apanha essa potencialidade ainda no seu estado larval e avança através dela. Por conseguinte, o jovem radical veio a ser um protagonista exemplar: veio a ser o sismógrafo das sucessivas alterações da situação revolucionária e o porta-voz das classes e estratos de classes especificamente revolucionários da sociedade cubana. No início, esse avanço se dá em um vazio histórico. Aparentemente, as classes trabalhadoras e os "humildes" não respondiam ativamente. Como fenômeno histórico, porém, essa impregnação é deveras crucial. O idealismo nacionalista e o antiimperialismo são projetados para baixo e para o fundo, voltando à tona reformulados em termos das exigências econômicas, sociais e políticas de uma revolução de toda a sociedade cubana. Ou seja, o desenraizamento deixara de existir e cedera lugar a uma consciência revolucionária objetiva e intransigente, disposta a ir até onde fosse possível para converter Cuba em uma sociedade nacional, dentro do capitalismo ou contra ele. Em seguida, o vazio histórico dissipou-se. O êxito militar dos jovens rebeldes, dos fins de 1957 em diante, deixara o campo político aberto para a eclosão das forças revolucionárias reprimidas nos confins da sociedade cubana. As classes trabalhadoras e os humildes foram deslocados para a condição de uma retaguarda mobilizada e

militante. Atinge-se, então, o clímax da socialização política produzida e a consciência revolucionária do jovem rebelde traduz não só as exigências da "revolução nacional" e da "luta antiimperialista", mas a própria consciência da classe trabalhadora, que emerge como a *classe revolucionária*, e seu poder real, o poder popular. Para entender-se o quanto o setor rebelde da geração jovem alterou a qualidade da situação revolucionária preexistente é preciso chegar-se a 1959, ano no qual também se desvenda por completo o sentido das relações entre classe, geração e revolução em Cuba. A "revolução dentro da ordem" se evapora para sempre. As sortidas burguesas fracassam melancolicamente e a "revolução dentro da revolução" cresce sem cessar.

O terceiro elemento é a guerrilha (a ser discutida, como tema, na exposição subsequente). A guerrilha foi o ingrediente pelo qual se desmantelou o castelo de cartas e de ilusões. Ela surgiu em um momento avançado da decomposição da sociedade neocolonial, quando já era politicamente claro que a "revolução dentro da ordem" não passava de uma boa intenção e que a realidade vinha a ser a sobrevivência permanente do neocolonialismo. Por isso, ela não aparece como um *fiat*. Liga-se àquela situação revolucionária como uma necessidade política e como o recurso final para tornar patente seu desmoronamento. Também por isso ela é o braço armado de um movimento político (o Movimento 26 de Julho) que era o seu elo com todas as classes e com a efervescência política revolucionária da sociedade cubana. A guerrilha cresceu além do que seria preciso se a rebelião fosse contida ao nível burguês. No entanto, a revolução cubana tinha um nível histórico próprio: ela não iria parar aquém da *descolonização final e total*. Foi isso que deu à guerrilha e aos guerrilheiros um corpo político denso. Eles acabaram *concentrando e representando* essa necessidade histórica, pela qual seu antiimperialismo libertou-se da tutela burguesa e seu nacionalismo uniu-se ao ímpeto revolucionário das classes trabalhadoras e dos "humildes". Em um primeiro momento, só por sua possibilidade de existência, ela acentou o grau de profundidade da situação revolucionária que prevalecia em Cuba. A ditadura não pôde tolher nem sua implantação nem sua transformação em *exército rebelde*: o que queria dizer que a ordem neocolonial estava em agonia e que as forças burguesas haviam perdido qualquer possibilidade de conter a revolução nacional "dentro da ordem". Logo em seguida, assim que se consolidou militar e politicamente, a guerrilha deslocou o eixo de equilíbrio da ordem, passando-o da minoria para a maioria e emergindo, ela própria, como artífice e mediadora do poder popular. Portanto, ela e sua vitória desatam o verdadeiro componente revolucionário da revolução cubana. Ao criar espaço histórico para a manifestação e afirmação das classes trabalhadoras e da população pobre, ela levou ao limite ex-

tremo a situação revolucionária e colocou as bases políticas de sua superação pelo socialismo.

Esse quadro é muito sumário. Contudo, revela que a revolução cubana não ocorreu *por acidente*. Já se tem salientado a "impotência da burguesia" e o papel revolucionário dos "Jovens rebeldes". Todavia, não é secundário o entreamento dos Estados Unidos, vitimados por um mau hábito: limitaram-se a intervir e a colaborar através do *governo preposto* (exatamente no momento em que a "Republica intervenida" chegava ao colapso final!). E, em particular, não é secundária a situação revolucionária, que brotava de uma ordem social neocolonial em crise, em desagregação e em vias de desmoronamento, e cresceu *contra a ordem* graças à capacidade de organização e de protesto das classes trabalhadoras e das massas populares em Cuba. Por fim, sem o seu engatamento com a liberação da classe operária, o significado político da guerrilha seria muito menor. Havia um armazenamento ou acumulação secular de forças sociais na sociedade cubana. A revolução é o produto de todas essas forças, que não desapareceram ao longo da história. Concentraram-se e explodiram em meados do século XX, assinalando que *através de Cuba* as Américas participam das revoluções abertas para o futuro.

2 — Por que a guerrilha?

A guerrilha surgiu como uma solução militar *madura* para uma "revolução dentro da ordem" falhada e impossível. Ao ser acionada, ela por sua vez acionou o golpe de misericórdia que acabou com um regime econômico, social e político arruinado e condenado. Ela não só "iluminou o sinal" dos tempos novos. A guerrilha transferiu a guerra civil latente para o plano da história vivida dia a dia e da ação direta. Em consequência, ao brotar e garantir seu próprio espaço histórico, ela mudou a qualidade da situação revolucionária preexistente, que a engendrou. Uma *revolução dentro da ordem* desacreditada, soturna e frouxa, em impasse crônico, converteu-se no seu contrário, uma *revolução contra a ordem* cheia de fé, alegre e exuberante, que buscou e descobriu seus caminhos na fusão entre povo, nação e estado *em Cuba*. Antes de libertar a nação, ela liberou um espaço histórico para a eclosão política das classes trabalhadoras e da população pobre e, com isso, soltou a guerra civil, colocou-a a seu lado, serviu-a como *o seu exército*, protegeu-a contra a traição e a sabotagem, levou-a até o fim e até o fundo, amarrando-a definitivamente à impulsão revolucionária dos proletários e dos humildes.

Essa via armada — embora instrumental e intrinsecamente política — de chegar-se ao socialismo só teve semelhante importância em Cuba. Ela aparece, por si mesma, como a "política por outros meios" na única forma social possível. Por isso, é preciso discuti-la aqui, pelo menos para assinalar dois pontos centrais: 1º) o que conferia à guerrilha essa força histórica tão decisiva, criadora e surpreendente; 2º) porque a guerrilha e o guerrilheiro desapareceram, mas o *espírito da guerrilha* dura até hoje, identificando-se como o próprio *espírito da revolução cubana*. Outros aspectos essenciais da história da guerrilha e dos guerrilheiros, militares ou políticos, precisam ser ventilados de outra maneira (lendo-se os livros e escritos dos heróis daquela revolução ou dos estudiosos que se ocuparam com os seus feitos, como Franqui, Karol, Matthews e tantos outros). Quanto ao significado revolucionário da guerrilha para a desagregação do capitalismo e a passagem ao socialismo, o livro de Régis Debray preserva todo o seu valor, desde que se entenda e se redefina a problemática de uma perspectiva leninista (a situação revolucionária não foi improvisada ou fabricada em Cuba: sem ela, a guerrilha estaria provavelmente fadada ao fracasso, como sucedeu em outros países). Isso não significa que Cuba "*não se repetirá*" (uma concepção imperialista e contra-revolucionária), mas que os outros países da América Latina terão de buscar suas vias próprias de revolução socialista, imitando os cubanos em tudo que for possível mas permanecendo abertos, como eles, às exigências concretas da situação histórica.

O primeiro ponto central comporta dois tipos distintos de reflexão. De um lado, o que imprimiu à guerrilha a grandeza e a eficácia extraordinárias que ela alcançou? Essa é uma pergunta pertinente, que pode ser respondida de várias maneiras. A mais simples: os cubanos acumularam uma longa experiência do uso da guerrilha, da Conquista à *guerra dos dez anos* e à revolução de 1895, experiência que foi refinada com afinco no combate posterior às várias ditaduras que se sucederam no poder. Portanto, na linguagem dos antropólogos, havia "uma tradição de guerrilha", embora a guerrilha posta em prática em Sierra Maestra refletisse uma tecnologia e uma logística militares ultramodernas. Essa tradição, não obstante, ajuda a compreender muita coisa, inclusive a rapidez com que ela foi aceita e se alastrou. A mais complexa: o *ethos* cubano não está apenas por trás da eficácia da guerrilha, mas da grandeza que ela imprimiu à revolução cubana. Um fervor revolucionário humilhado e reprimido por quase um século, ao concretizar-se fez com que a condição humana do guerrilheiro transcendesse à própria utopia pela qual ele negava e suplantava a realidade histórica. Daí o *elemento cubano*, que vai da guerrilha aos seus produtos, o qual destaca a revolução cubana como realização de um povo e a singulariza em

toda a história da humanidade. De outro lado, por que a guerrilha, um recurso de luta armada tão simples, tornou-se o eixo militar e político da revolução cubana? É preciso recordar: os guerrilheiros batem, simultaneamente, um governo títere e a superpotência que o sustinha; ao destruir a ordem social neocolonial, eles derrotaram, simultaneamente, as forças *nacionais* e as forças *imperialistas* que se empenhavam na defesa militar e política daquela ordem. Naturalmente, é o segundo tipo de reflexão que será explorado neste debate (em parte, por minhas limitações pessoais; mas, substantivamente, porque o sociólogo não pode ir mais longe, mesmo que ele se apóie em uma correção socialista do pensamento sociológico).

A força histórica da guerrilha não estava nela mesma, mas na guerra civil, que ela desentranhou da situação revolucionária preexistente. Se se entender que o exército rebelde não foi mais que um prolongamento e uma projeção da guerrilha, esta se tornou, a um tempo, o instrumento militar e a bússola política da guerra civil. Em termos especificamente militares a guerrilha durou pouco tempo: já em carta de 14 de dezembro de 1957 Fidel Castro assevera que, na Sierra Maestra, "não se dá, neste momento; uma guerra de guerrilhas, mas uma guerra de colunas. Toda a população está sublevada. Se existissem armas, nossos destacamentos não teriam de cuidar de nenhuma zona" (*La revolución cubana*, p. 135). Em termos políticos, porém, a presença e a influência direta do exército rebelde garantem sua continuidade até a consolidação do governo revolucionário.

Aquela guerra civil deitava raízes nas contradições da ordem social neocolonial, aparecendo como o componente explosivo indisfarçável da situação revolucionária que caracterizou a sociedade cubana até fins da década de 1950. Embora ela se tenha mantido em prolongado estado de latência, com irrupções súbitas de contra-violência revolucionária, ela se manifestou de forma concentrada em dois períodos: nas lutas contra a ditadura de Machado, culminando em sua derrubada, em 1933; e nas lutas contra a ditadura de Batista, de 1952 em diante. A frustração da revolução de 1933 não só manteve o impasse — ela gerou condições históricas que favoreceram as várias correntes ou movimentos voltados para a destruição da ordem social neocolonial. O ataque ao quartel de Moncada, em 1953, constitui o marco do novo tipo de insurgência, que irá combinar a ação política rebelde à ação militar organizada. Ainda na prisão, Fidel Castro fundou o Movimento 26 de Julho, em 1954; no exílio, organizou nesse mesmo ano o núcleo militar desse movimento (no México) e ampliou a rede de articulação conspirativa dos grupos rebeldes (deve-se salientar, a respeito, o pacto de ação conjunta com o Diretório Revolucionário, em 1956). A expedição do *Granma* foi concluída nesse ano, culminando na implantação de

um centro de atividades guerrilheiras em Sierra Maestra (entre 18 e 25 de dezembro). A guerra civil sai, pois, da intermitência prolongada. Ao longo de 1957, o exército rebelde travou várias batalhas e consolidou suas estruturas militares e políticas (deve-se salientar: o desencadeamento de atividades subversivas em várias cidades, por seu movimento de resistência urbana, os "llanos"; a constante expansão do *território livre*; e, principalmente, a constituição de um proto-estado próprio, pelo qual ele delimitou sua legalidade e contrapôs-se à ilegitimidade da ditadura). O colapso do regime ditatorial e da ordem social vigente foi rápido, consumando-se em fins de 1958. Contudo, a guerra civil continuaria depois da constituição do governo revolucionário. De um lado, os setores radical-liberais da burguesia, a partir de dentro do governo, tentaram solapar a obra da revolução. De outro, a contra-revolução associou cubanos "anticastristas" com a pressão imperialista (as ocorrências mais graves dessa coalizão apareceram em abril de 1961, nas incursões aéreas contra os aeroportos de La Habana e Santiago; e na tentativa de invasão de Playa Girón, na Baía dos Porcos). Pode-se estabelecer, assim, como limite aproximado para o término da relação construtiva entre guerrilha, exército rebelde e guerra civil, a consolidação do governo revolucionário (entre a queda do presidente Urrutia e o primeiro semestre de 1961).

Tendo-se em vista esse quadro global, a guerrilha desempenhou cinco funções distintas. Primeiro, abriu, por via militar, um espaço histórico para a atuação organizada das forças sociais revolucionárias. Segundo, retirou a guerra civil do estado de intermitência prolongada e de eclosão esporádica, de baixa ou nenhuma eficácia política. Terceiro, lançou a guerra civil a massa da população e tornou ativos *contra a ordem e a mão armada* os "proletários" e os "humíldes", no campo e na cidade. Quarto, elevou, assim, o teor revolucionário da guerra civil e o manteve aceso, ao servir de garante às aspirações econômicas, sociais e políticas das classes trabalhadoras e da população pobre (graças a esta função da guerrilha, as alterações revolucionárias absorveram o impacto político do *setor excluído* da sociedade cubana). Quinto, operou, do começo ao fim, como a bússola política da revolução que deveria extinguir a guerra civil, canalizando politicamente as energias sociais virgens, que as classes trabalhadoras e a população pobre lançavam no circuito histórico, e orientando-as no sentido de que atuassem, coletivamente, como o motor da revolução nacional e democrático-popular.

As conclusões da discussão anterior localizam a guerrilha no campo histórico-social e político da sociedade cubana. A decomposição e a transformação da ordem social neocolonial já haviam avançado o suficiente para que a guerrilha pudesse, em um tempo relativamente cur-

to, desempenhar com tamanha eficácia funções tão complexas. Ela levou a história ao plano das estruturas e, inversamente, elevou as estruturas ao plano da história (ou seja, acelerou a desagregação da velha ordem social e permitiu a rápida acumulação de condições favoráveis à construção da nova ordem social). Não se trata de um mero jogo de palavras. Basta que se atente para a natureza das forças sociais que foram desembaraçadas e para o sentido do movimento histórico que elas desencadeiam, especialmente de 1959 em diante. A discussão sociológica desses fatos precisa ser ponderada. É evidente que a guerrilha não fez tudo sozinha (um tema de ressonância amarga para a esquerda na América Latina) e que a sociedade cubana não teria avançado de qualquer maneira sem a atividade política da guerrilha (onde teria parado a revolução cubana sem a impulsão guerrilheira?), o que exige que enfrentemos *aquela história* com a grandeza que ela própria continha.

Um questionamento dessa envergadura suscita uma interminável e insondável variedade de fatores diretos, indiretos e encadeados. Se a análise ficar no que certamente pode ser tido como o mais simples e o essencial, não obstante, é provável que as respostas se achem em três tipos de questões: 1º) a relação entre guerrilha e regime de classes sociais na situação revolucionária cubana; 2º) o que a própria guerrilha acabou representando como fonte de socialização política revolucionária das massas populares; 3º) a estratégia do movimento castrista (este, o componente central, que não deve, no entanto, ser visto isoladamente).

Quanto à primeira questão, o importante não é saber se o regime de classes já era bastante "maduro", em Cuba, para comportar uma revolução social de tamanha magnitude. Essa maneira "dialética" de ver as coisas é puramente mecanicista. Medido por seu grau de diferenciação e de integração, o regime de classes cubano poderia ser funcional para uma cubanização do capitalismo mas não para a "revolução na revolução" (e foi exatamente porque ele não era bastante "maduro" que a guerrilha se impôs como alternativa histórica). É, de uma forma geral, ficaríamos condenados à idéia de que as revoluções socialistas só poderiam ocorrer nas sociedades capitalistas centrais! Por aí se percebe que o dado crucial é outro: não o grau de avanço do regime de classes; porém, o grau de potencialidade desagregadora ou construtiva da luta de classes em determinada situação concreta. Em consequência, um regime de classes menos "maduro" pode ultrapassar sua idade histórica, dependendo naturalmente da relação de poder real entre as classes antagonicas. Em Cuba, o desenvolvimento capitalista transcendeu à ordem social neocolonial sem que surgisse, paulatinamente ou de súbito, uma ordem social competitiva suficientemente complexa e elástica para absorver os conflitos de classes decorrentes. As classes trabalhadoras e destituídas ficaram postas à margem, com uma liberdade poten-

cial de conflito e de luta de classe que não podia ser absorvida e inibida dentro e através da ordem social vigente. O que as continha não eram os dinamismos de uma ordem social capitalista avançada, mas a violência brutal do estado neocolonial, com sua retaguarda imperialista. A guerrilha cortou de surpresa esse fator e liberou uma potencialidade selvagem de luta de classes. Por fim, o elemento neocolonial seria invertido, antes de esgotar-se uma ordem social extremamente iníqua, e a minoria iria conhecer uma dose forte de seu próprio remédio, aplicada pela maioria. É preciso não esquecer porque isso era possível: o desenvolvimento capitalista alcançado permitira uma intensa experiência prévia dos "proletários" e dos "humildes" nos movimentos sociais e, da década de 1930 em diante, em condições que favoreciam uma socialização política de classe pelo menos elementar. A guerrilha, portanto, subverteu a órbita das relações e conflitos de classes, conferindo às classes trabalhadoras e destituídas a possibilidade (antes inconcebível) de enfrentar as tarefas políticas que a situação revolucionária e a guerra civil lhes impunham. E o regime de classes, antes de tornar-se "maduro", explodiu. Por sua vez, a revolução cubana girou sobre esse eixo histórico, deslocando-se rapidamente do poder burguês para o poder popular.

Quanto à segunda questão, é conveniente salientar que a guerrilha não era nem podia ser neutra com referência ao destino da ordem social neocolonial. Esta devia ser destruída inteiramente e até o fim, o que punha a guerrilha em luta direta com os Estados Unidos. Ao buscar o apoio frontal das classes trabalhadoras e da população pobre, ela não procurava uma retaguarda firme para sua luta armada contra a ditadura de Batista. Isso seria um exagero. Ela preparava o terreno para o confronto mais árduo e difícil com o imperialismo. Se o limite da luta política fosse o mesmo da luta militar, a guerrilha poderia proteger-se e vencer adotando as bandeiras e a causa do nacionalismo democrático-burguês. A ordem neocolonial impedia, por si mesma, semelhante evolução. O pólo forte dessa ordem não estava dentro, mas fora do país. Por conseguinte, sem a mobilização e a solidariedade das classes trabalhadoras e da população pobre a guerrilha ficaria sem uma verdadeira retaguarda e, a revolução que ela defendia, sem a consagração nacional (ou seja, o apoio militante da maioria). Isso impunha que, à aliança tática com o setor liberal-radical da burguesia, se superpusesse uma união inabalável com a massa das classes trabalhadoras e destituídas. Ela correspondia, assim, a um movimento histórico que imperava na sociedade cubana desde o fim do século XIX e o início do século XX, e que atingira seu auge na década de 1930. E, ao responder a esse imperativo político, via-se na contingência de antecipar a própria vitória, abrindo seus quadros, seus meios de luta à participação das massas,

ao mesmo tempo que deveria pôr ao seu alcance os frutos que seriam conquistados pela revolução. Esse era um fator incontornável de radicalização permanente da guerrilha e da revolução, e não podia ser detido nem contido. A substância *democrática e popular* da revolução cubana não nascia somente de um ideário nacionalista e patriótico. Ela provinha da estrutura da situação revolucionária e do caráter da guerra civil, que envolviam na destruição do estado neocolonial a neutralização da dominação externa. Os companheiros "humildes", os milhões de deserdados e esquecidos convertiam-se na razão de ser de uma guerrilha que não poderia fechar-se sobre um estreito circuito político-militar. Por isso, ela aparece, independentemente dos movimentos políticos a que se vinculasse, como o equivalente do partido de massas revolucionário e tem de preencher funções políticas análogas.

Quanto à terceira questão, não importa o que se pense sobre "o papel do grande homem na história", o fato contundente é que, sem Fidel Castro, a revolução cubana não teria ocorrido da forma histórica que a caracterizou. Por mais que esta revolução estivesse *historicamente madura* e fosse uma *necessidade política*, sem ele e o movimento castrista a ruptura com a ordem social neocolonial teria sido contida, de um modo ou de outro, ao nível de uma composição nacional-burguesa mais ou menos *sovieta*, vadora e pró-imperialista. A melhor contraprova dessa afirmação acha-se no desempenho do governo Urrutia, que tentou breçar a revolução e adaptá-la a um desenvolvimento que só serviria para consolidar a ordem social competitiva. Assim, a derrota de Batista e o desmantelamento do antigo regime constituiriam uma ponte para a transformação capitalista do capitalismo, mas a revolução não levaria a descolonização até o fundo e até o fim, bem como não daria a guinada que marca sua modernidade na direção do socialismo. Ora, isso não se ajustava à linha política do castrismo, endossada ponto por ponto pelo exército rebelde e pela maioria, e colidia constringentemente com o que ambos *não queriam* que voltasse a acontecer em Cuba.

Tudo isso nos põe diante de Fidel Castro como e enquanto a personalidade política cuja ação revolucionária se erigiu em fator histórico específico. Sabe-se que dele disse o Che que era uma "força telúrica" da América Latina. O mesmo Che, que podia falar de igual para igual diante dele em termos de grandeza humana e de espírito revolucionário, testemunha, sobre o momento "mais difícil na Sierra Maestra: "Uns quinze homens destruídos fisicamente e até moralmente, juntamo-nos e só pudemos ir adiante pela enorme confiança que Fidel Castro teve nesses momentos decisivos, por sua valorosa figura de chefe revolucionário e sua fé inquebrantável no povo" ("Proyecciones sociales del ejército rebelde", in F. Casto, *La revolución cubana*, p. 428). Um depoimento singular, que focaliza o homem no instante mais ter-

rível e perturbador de sua vida política — e mostra a sua tèmpera. Naquele instante, *ele era a revolução*. Havia sido assim, desde que Batista retomara ilegalmente o poder, em 1952; e teria de continuar assim, nos anos tempestuosos de conflito com o governo Urrutia, com os interesses burgueses nacionais e norte-americanos, ou de batalha pela continuidade da revolução e da implantação do socialismo. E não o era por acaso ou por obra de sua ascendência como chefe político-militar e de sua incrível popularidade. *Fidel Castro foi o estrategista da revolução cubana* — o único, aliás, que ela teve — e deve-se à sua imaginação prodigiosa a criação de uma estratégia política que fez do movimento castrista uma vanguarda revolucionária e o converteu, aos poucos mas de maneira muito rápida, no verdadeiro pilar da revolução cubana.

Tratava-se de uma estratégia muito simples e, também, muito ousada. Seu êxito, na verdade, iria depender da consistência de um certo número de previsões, que diziam respeito ao processo político cubano visto globalmente e de forma prospectiva, especialmente quanto à evolução da situação revolucionária existente *depois de detonada a guerra civil*. Hoje parece claro que, na época do ataque ao quartel de Moncada, Fidel Castro já era senhor dessas previsões; o famoso *Condena-me! A História me absolverá!* deixa isso evidente. No entanto, os êxitos e os malogros desse ataque permitiram que ele passasse do diagnóstico dos problemas cubanos e de seus remédios políticos para um exame em profundidade das relações entre meios e fins na luta revolucionária. Como sucede com frequência (em Cuba, porém, de modo extremo), a situação revolucionária existente continha forças que ultrapassavam a capacidade de organização e de ação dos grupos que deflagraram a guerra civil. A sociedade cubana passou a enfrentar um grave perigo, pois a contra-revolução contava com o poder de repressão da ditadura, com recursos externos facilmente mobilizáveis e com a suicida propensão a contemporizar de vários estratos poderosos da burguesia. Não havia como sair do impasse a curto prazo, o que determinou a aceitação da guerrilha como o *meio principal de luta* e a formação de um movimento político paralelo, cuja função inicial consistia em *impedir o isolamento político da guerrilha*. Essa correlação seria alterada pelo próprio êxito da guerrilha, cujo elemento político teria de transferir-se e concentrar-se gradualmente nas atividades do movimento. O esquema era engenhoso. Ele não podia compensar a ausência de uma organização política revolucionária verdadeiramente forte e deixava a guerra civil à mercê de um pólo militar relativamente débil. Contudo, não havia outra saída. O importante, nas condições econômicas, sociais, políticas e policial-militares imperantes em Cuba na ocasião, vinha a ser: 1º) fazer a situação revolucionária girar tão rapidamente quanto possível para baixo, na direção dos proletários e dos "humildes", escapan-

do assim ao controle estabilizador da ditadura, dos Estados Unidos e das classes conservadoras; 2º) impedir por todos os meios o refluxo da guerra civil, que só favoreceria o regime ditatorial, os interesses capitalistas mais reacionários internos ou externos e a contra-revolução. Por paradoxal que pareça, Fidel Castro arriscou tudo, jogando com potencialidades contraditórias de classes e setores de classes sociais envolvidas nas correntes históricas antagônicas da revolução dentro da ordem e da revolução contra a ordem. *Procurou somar todas as forças dessas correntes*, evitando com a maior prudência aguçar atitudes ou conflitos que enfraquecessem a guerrilha e o movimento político correspondente por causa de opções puramente ideológicas. Estas só ficavam explícitas — e até com virulência — quando fossem centrais para a concentração de forças na luta contra Batista e a derrubada do regime político vigente.

O eixo dessa estratégia política voltava a ação revolucionária, portanto, para a centralização, a coordenação e a direção de todos os processos revolucionários *in flux*, de importância para o ataque e a destruição da ordem social neocolonial. Os revolucionários não criavam tais processos e não dispunham de condições militares ou políticas para modificá-las a seu bel-prazer. Por isso, a fraqueza do adversário, a existente e a que podia ser provocada, era crucial, surgindo como um elemento *sine qua non* para a vitória militar e política. E a "revolução dentro da revolução" seria um processo gradual, por etapas, de vitórias sucessivas e encadeadas, militares e políticas, pelas quais o agravamento constante da guerra civil permitiria passar a um aprofundamento da situação revolucionária (e vice-versa). [Até o esgotamento do adversário; o controle da guerra civil pelas forças mais revolucionárias; e a mudança qualitativa da situação revolucionária, pelo predomínio crescente das classes sociais identificadas com a revolução nacional-democrática e popular.] Portanto, a síntese política revolucionária não era buscada pelo setor mais extremado e radical, mas por uma acumulação de forças que unificava todas as correntes mais ou menos revolucionárias e que coincidem entre si no propósito de realizar aquela revolução *por Cuba e para Cuba*.

É fascinante a sagacidade com que Fidel Castro se moveu nesse complexo e movediço tabuleiro, lançando *palavras de ordens diretas e concretas*, muitas delas variavelmente pungentes, e que atendiam às frustrações de todas as classes ou respondiam, de uma ou de outra forma, a necessidades e aspirações sentidas nos diversos estratos dessas mesmas classes (nesse sentido, o centro de gravidade da revolução ficava, inicialmente, na liberação nacional). Por sua vez, o ataque frontal contra a ordem foi montado em termos de *condenação moral*, esta sim, extrema e candente, mas também *formulada em termos concretos*: os excessos dos poderosos e da ditadura, os efeitos da exploração extrema, os males da corrupção e da submissão aos interesses estrangeiros, os defei-

tos da concentração agrária, da monocultura, da dependência a um mercado, etc. (nesse sentido, a unidade política da revolução procedia inicialmente de seu eixo democrático). Em consequência, o radicalismo utópico-ideológico só tinha saliência na esfera dos sentimentos humanitários e patrióticos. Em todas as áreas vitais para o movimento revolucionário prevaleciam *alvos políticos reais*, segundo a experiência cotidiana. O que permitia chegar a todas as classes e lançá-las para a revolução sem atizar o antagonismo de classes e mobilizá-las para as outras (um extremismo "revolucionário" de tipo infantil, que fortaleceria a contra-revolução). Aliás, o precedente da Guatemala, em 1954, deixava patente o risco mortal de provocar a reação, os Estados Unidos e coligá-los em torno de uma "causa sagrada". A mensagem positiva chegava, de qualquer modo, às classes trabalhadoras e à população pobre da maneira mais eficiente possível, unindo o concreto, o cotidiano e a revolução. Como a constituição de 1940 continha normas ideais que nunca seriam cumpridas, ela criava um espaço político legítimo e legal para todo o debate. Fidel Castro explorou com sabedoria esse espaço, afirmando-se através dele como o paladino do nacionalismo, da legalidade constitucional, do populismo e da democracia, tocando o coração de todos os cubanos e despertando nos destituídos uma nova esperança. Entre os aliados potenciais, os que não podiam ser atraídos como parceiros ativos ou como militantes eram mantidos em uma expectativa tolerante — o que aconteceu mesmo no exterior.

Depois da conquista do poder o movimento castrista não renegou seus compromissos tácitos ou explícitos com as múltiplas forças revolucionárias da sociedade cubana (as que queriam apenas uma consolidação da ordem social competitiva e as que pretendiam a construção de uma nova ordem social). Apesar disso, os setores liberal-radicais da burguesia não souberam (e, também, não podiam) conciliar seus interesses de classe com as exigências centrípetas da revolução cubana. As classes trabalhadoras e a população pobre venceram, através do castrismo, porque emergiram da guerra civil como o setor revolucionário da sociedade cubana. Fidel Castro não teve que desempenhar o papel do demagogo que trai sua classe. Como havia repudiado a demagogia por uma postura revolucionária sincera, essa virada purificadora do sentido de classe da revolução converteu-o no porta-voz daquele setor revolucionário e em intérprete de sua vontade política. O castrismo emerge, pois, com um novo sentido e teria que se redefinir de alto a baixo. A "revolução dentro da revolução" estava contida no castrismo desde 1953. Ela não constituía, porém, o que se poderia chamar um *projeto político* proposto de antemão. No primeiro semestre de 1959 os fatos promovem essa evolução. Para manter-se sob o compasso da revolução cubana e para poder servi-la até que ela completasse todo um ciclo, o

movimento castrista se vê forçado a ultrapassar-se como filosofia política revolucionária e a superar-se como *praxis* revolucionária. A consolidação do poder popular e a construção do socialismo ganham autonomia histórica e realidade utópico-ideológica com suas molas mestras.

O segundo ponto central (cf. acima, p. 71) coloca o problema da socialização política revolucionária do guerrilheiro. Não podemos simplificar as coisas e pensar que tudo começou em Sierra Maestra. Essa socialização política tivera início muito antes e, pelo que já vimos, constitui em parte o produto de uma velha tradição cultural. De outro lado, nas décadas de 1940 e 1950, graças à situação revolucionária *in crescendo*, exacerbava-se o elemento político do protesto radical e nacionalista, o que converteria o desenraizamento do jovem rebelde em um fermento criador e a pressão contra a ordem em um fator histórico específico. Contudo, se se toma como ponto de referência o discurso de Fidel Castro, *Condena-me! A História me absolverá!*, constata-se que o ataque ao quartel de Moncada aparece como um divisor de águas. A ruptura com a ordem delineta-se como uma *cruzada revolucionária*, que possui uma filosofia política sistematizada e a convicção de que não havia mais lugar para o *diálogo político* — com o estado corrupto e corruptor — política estava condenada ao malogro. Uma nova ordem social teria de passar pelo curso das armas, o que exigia que Moncada ressurgisse sob um verdadeiro padrão revolucionário (do qual o Movimento 26 de Julho constituía o eixo político e a guerrilha o meio por excelência de sua prática política). Sem subestimar a importância daquele movimento, que promovia a irradiação da forma final de uma ideologia revolucionária longamente cultivada e servia de base à unificação política das correntes de oposição ativas, a guerrilha tornou-se desde logo o elemento central da luta revolucionária. Em torno dela vai gravitar o esforço de organização e treinamento das forças militares no exterior e a partir dela vai surgir o exército rebelde, o território livre e um proto-estado revolucionário. Não houve tempo para consolidar e expandir o movimento, como o partido da revolução, e resolver através dele todos os problemas da seleção e formação de quadros, de recrutamento e preparação de uma vanguarda, de calibração e refinamento da ideologia revolucionária, do agit-prop, de entrelaçamento entre o *militar* e o *político*, etc.. A guerrilha concentrou em si o microcosmo da revolução em deslanchamento e em atividade estuante. *Por algum tempo* ela foi simultaneamente o *partido* e o seu *braço militar*. Ao invés de ser o instrumento daquele, ela foi, de fato, o veículo pelo qual as forças políticas revolucionárias se agregaram e, no limiar da queda da ditadura e da derrocada do regime vigente, chegou-se a uma forma política mais integrativa e dinâmica, em sentido especificamente revolucionário, que o Movimento 26 de Julho. Em consequência, o *partido*

da revolução teria de nascer depois da conquista do poder e a guerrilha se oferece à análise como o verdadeiro elo estrutural e dinâmico da socialização política revolucionária, da fermentação da consciência revolucionária e da mobilização das massas para a revolução. Desse ângulo, a abordagem de Karol não é excêntrica à natureza da revolução cubana. Ele a acompanha pelo lado que parece mais romântico e exótico, mas que é, também, o lado que revela a essência da revolução cubana no plano histórico, o que a singulariza diante de outras revoluções do século XX e o que define sua grandeza como realização humana. Pois, o majestoso painel que descreve com angustiante penetração levanta a questão tópica: como fazer a revolução social quando não resta outro meio de chegar a ela senão a guerrilha.

Toda a nossa discussão mostra a outra face da guerrilha: o que esta logrou porque a sociedade cubana vivia um clímax revolucionário — ela parecia muito frágil; mas era imbatível, porque se tornava a herdeira e a parteira de uma guerra civil que se atrasara no tempo mas não em seu potencial revolucionário. Na verdade, Cuba se encarnava na guerrilha e renascia por seu intermédio. *Por algum tempo*, a guerrilha não era apenas uma pequena formação militar; era essa nova sociedade cubana em gestação, uma antecipação concreta do que deveria ser a *nova sociedade cubana*. Esgotado esse tempo, a guerrilha poderia desaparecer: ela não se transformaria em crônica nem em mitos. Sua vanguarda militar, que era por sua vez a própria vanguarda política da revolução, iria continuar a guerrilha por outros meios. Ou seja, o guerrilheiro passou a ser o fiel da balança, a garantia de que a política revolucionária permaneceria fiel ao espírito da revolução, construído nas duras condições da luta armada em Sierra Maestra e na atividade legendária do exército rebelde. Por aqui fica claro o duplo movimento histórico que se efetuou, no enlaçamento recíproco da guerrilha com a sociedade cubana em crise e com a sociedade cubana que deveria ser construída *depois* da solução guerrilheira da guerra civil. O guerrilheiro chegou ao poder como revolucionário — mas continuaria a existir o revolucionário em Cuba sem que o espírito da guerrilha sobrevivesse e se agigantasse *depois da vitória*? Não há um "repouso do guerreiro". A política seria, sem jogo de palavras, um prolongamento da guerrilha por outros meios. O "mundo da guerrilha", a "fraternidade" e o "fervor revolucionário" que ele levava tão fundo, iriam ser postos à prova daí em diante, como jamais chegara a suceder anteriormente. Isso parece um paradoxo. Mas, é um paradoxo que se entende facilmente. O "espírito guerrilheiro" teria de inspirar um partido revolucionário criado depois da conquista do poder e, o que era mais complexo, deveria delimitar até onde chegaria a revolução cubana através do *novo estado*, da *nova sociedade* e do *novo homem*.

Esse assunto tem sido focalizado com insistência. Porém, de um ângulo limitado: o da ressocialização da personalidade do guerrilheiro pela guerrilha e pela convivência com o "campeño" e suas condições concretas de existência. Sem dúvida, esse aspecto é fundamental. Mas, há outro igualmente importante (e de uma *importância política estratégica*): o que o proto-estado guerrilheiro representou como amarramento com o poder popular e o aprofundamento antecipado da revolução. Se o primeiro aspecto explica o amadurecimento histórico do homem que vivia dentro do guerrilheiro, o segundo nos põe diretamente diante do nascimento do guerrilheiro como *homem político*. Foi graças a esta circunstância que a guerrilha operou como um equivalente psicossocial e político do partido revolucionário. O enlace antecipado com o poder popular e a concretização antecipada do que deveria ser Cuba depois da derrocada da ordem existente constituíam um salto histórico revolucionário *sem retorno*. Ele não abria apenas uma esfera sólida de credibilidade política na relação revolucionária do guerrilheiro com os "humildes", concretizando os alvos ideais propostos nos discursos de Fidel Castro. Ele já era a revolução em marcha, um limite aquém do qual Cuba não poderia voltar, e uma imagem do que seria o governo revolucionário gerado pelo enlaçamento da guerrilha com o poder popular.

Os materiais que podem fundamentar a presente análise são muito ricos e bastante divulgados. É provável que o documento comprobatório, por excelência, por causa do seu teor interpretativo, seja a palestra de Che Guevara, pronunciada em 27/1/1959 (*Projeções sociais do exército rebelde*; em F. Castro, *La revolución cubana*, p. 427-436). Essa palestra permite passar do primeiro aspecto ao segundo e ver, além disso, como eles se vinculavam dialeticamente. Duas coisas ficam evidentes, de modo geral: 1º) os guerrilheiros se puseram fora e acima de qualquer distância de classe, de dominação de classe ou de poder de classe em suas relações com os camponeses (situando-se, portanto, como *companheiros* no sentido mais próprio da palavra e limitando a desigualdade ao âmbito técnico do exercício da autoridade); 2º) a ressocialização da personalidade básica pressupõe uma identificação revolucionária com o povo que possibilita a proposição de palavras de ordem revolucionárias concretas e a luta nacional pelo poder. A ideologia brota, pois, de baixo para cima e das massas para a vanguarda política (embora o discurso *Condena-me! A História me absolverá!* tivesse feito um percurso ideológico-abstrato de sentido inverso). Algumas citações simples saturarão claramente os fatos exemplares. "(...) Não tocávamos em nada que não nos pertencesse, inclusive não comíamos nada que não pudéssemos pagar e muitas vezes passamos fome por este princípio. Éramos um grupo visto com tolerância mas que não estava

integrado; e assim passou muito tempo (...)" (*idem*, p. 428): A ressocialização dos guerrilheiros avançou paralelamente à ressocialização concomitante dos camponeses (processo acelerado e aprofundado pela brutal repressão policial-militar da ditadura). Como conseqüência, "essa mudança se traduziu pela incorporação a nossas guerrilhas do *sombrero del yarey* (...) [e] assim nosso exército de civis foi-se convertendo em um exército de camponeses", com numerosos quadros *guajiro*, que "trouxeram à revolução seus ideais e sua fé" (*idem*, p. 429). Nesse contexto, a reforma agrária e a extirpação da miséria surgem como palavras de ordem que uniam politicamente a guerrilha à população rural pobre, abrindo um espaço histórico que ampliava o desbordamento da atividade insurgente do campo para a cidade. Segundo Che Guevara, a comoção popular provocada pelo assassinato de Frank País e pela sangrenta repressão policial levantou praticamente várias cidades (como Santiago de Cuba, Oriente, Camagüey e Las Villas) e deixou patente essa necessidade política, que lança o exército rebelde na luta pelo poder em escala nacional. O fracasso da greve de 9 de abril de 1958 já é avaliado dessa perspectiva: "a revolução não pertencia a este ou aquele grupo, mas devia ser a obra de todo o povo cubano; e para esse fim foram canalizadas todas as energias dos militantes do nosso movimento, tanto na planície como na serra" (*idem*, p. 430).

O segundo aspecto merece, naturalmente, uma consideração mais extensa. Os materiais sugerem que, na consciência e na prática revolucionárias dos guerrilheiros (e, por conseguinte, na sua ideologia, que se objetiva gradualmente e se consolida pelo progresso da ação revolucionária concreta), a retórica conciliadora é constantemente ultrapassada pelo comportamento revolucionário. A retórica conciliadora caminhava no sentido de unificar politicamente a oposição. A prática revolucionária, porém, identificava a oposição efetiva com o movimento social das classes trabalhadoras e da população pobre (isto é, com a maioria); e promovia o enlace político definitivo da maioria com a revolução. Isso demonstra que, na luta pela conquista do poder em escala nacional, a guerrilha deixava uma faixa muito estreita de acomodação potencial mesmo com os estratos "simpáticos à revolução" da burguesia (isto é, com seus setores radical-liberais). Para que esses estratos tivessem êxito no governo revolucionário seria preciso que eles absorvessem uma revolução democrático-nacional que transcendesse não só a órbita neocolonial mas também o tradicional estado constitucional e representativo burguês (um estado de concentração "democrática" da dominação de classe da burguesia).

— Os materiais que comprovam esse avanço *por dentro* da guerrilha, do exército rebelde e de seu proto-estado são muito ricos. A descrição será mantida na linha do documento já citado, de Che Guevara.

"Nessa época precisamente se iniciaram, no exército rebelde, os primeiros passos para dar uma teoria e uma doutrina à revolução, oferecendo-se demonstrações palpáveis de que o movimento insurrecional havia crescido e, portanto, havia chegado à sua maturidade política. Havíamos passado da etapa experimental à construtiva, dos ensaios aos fatos definitivos. Imediatamente se iniciaram as obras das 'pequenas indústrias' na Sierra Maestra." (...) Todos os militantes do exército rebelde, homens e mulheres, se impuseram a missão "do melhoramento do camponês, sua incorporação à luta pela terra, e sua contribuição foi levada a cabo por meio de escolas que os mestres improvisados encontravam nos lugares mais inacessíveis dessa região de Oriente. Fez-se ali o primeiro ensaio de repartição de terras, com um regulamento agrário redigido pelo doutor Humberto Sorí Marín e por Fidel Castro, e no qual tive a honra de colaborar. Deram-se revolucionariamente as terras aos camponeses, ocuparam-se grandes propriedades agrárias de servidores da ditadura, as quais foram repartidas; e todas as terras do estado começaram a ser transferidas para a propriedade dos camponeses dessa zona. Havia chegado o momento que nos identificavam plenamente como um movimento camponês ligado estreitamente à terra e com a reforma agrária como bandeira." (*idem*, p. 430-431.) "Esta foi uma guerra na qual contamos sempre com esse aliado imponderável de tão extraordinário valor que é o povo. Nossas colunas podiam enganar continuamente o inimigo e situar-se nas melhores posições, não somente graças às vantagens táticas e ao moral de nossos milicianos mas, também, em grau muito importante, à grande ajuda dos camponeses.

O camponês era o colaborador invisível que fazia tudo que o rebelde não podia fazer; ministrava-nos as informações, vigiava o inimigo, descobria os seus pontos débeis, trazia rapidamente as mensagens urgentes, espionava dentro das fileiras do exército atacante. E isto não se devia a nenhum milagre, senão a que havíamos iniciado com energia nossa política de reivindicações agropecuárias. Diante da amargura do ataque e do cerco da fome com que rodearam Sierra Maestra, de todos os latifundiários das zonas limítrofes, dez mil-reses subiram as montanhas; e não foram só para abastecer o exército rebelde, pois elas também foram distribuídas entre os camponeses e, pela primeira vez, os *guajiros* da serra, nessa região, que está particularmente empobrecida, tiveram o seu bem-estar; pela primeira vez as crianças camponesas tomaram leite e comeram carne de rês. E pela primeira vez, também, receberam os benefícios da educação, porque a revolução trouxe em suas mãos a escola. Assim, todos os camponeses chegaram a uma conclusão favorável ao nosso regime." (*Idem*, p. 431-432.) Várias confiscações e medidas de caráter social foram toma-

das e, segundo o testemunho, impostas pelos próprios camponeses (*cf. idem*, p. 433).

Com a expansão da área de operações militares do exército rebelde, cresceu o território livre e, com ele, fortaleceu-se o antiestado dos guerrilheiros. Vários escritos de Fidel Castro e essa mesma palestra atestam a natureza e a amplitude dessa *legalidade revolucionária*, que se contrapôs à ilegalidade do regime ditatorial em todos os níveis em que conseguiu fazê-lo. Um bom exemplo de como isso sucedia era a Lei N^o 3, pela qual se estabeleceu a reforma agrária, apontada acima (*cf. idem*, p. 433). Os beneficiários, mais de 200 mil famílias de colonos que arrendavam terras de aproximadamente 15 hectares para baixo, atestam o volume da população atingida. Ao alcançar esse grau de institucionalização de sua própria organização legal e política, o exército rebelde manejava um contra-estado de relativa envergadura, que lançara os germes do *governo revolucionário* e encetara a revolução social. "Estamos já nas projeções sociais do exército rebelde, temos uma democracia armada. Quando planejamos a reforma agrária e acatamos as exigências das novas leis revolucionárias que a complementam e que as tornarão viáveis e imediatas, estamos pensando na justiça social que significa a redistribuição da terra e também na criação de um mercado interno extenso e na diversificação dos cultivos, dos objetivos cardeais inseparáveis do governo revolucionário que não podem ser postostos porque o interesse popular está implícito neles" (*idem*, p. 434).

Em suma, no processo da conquista do poder a própria revolução social foi antecipada. A atividade legislativa e executiva que o exército rebelde forjou construiu o espírito revolucionário do guerrilheiro *dentro da ação*. E, o que é mais importante, como parte de uma realidade vivida e compartilhada com os *humildes*, envolvendo aquele espírito revolucionário, assim, pela participação, pelo compromisso moral e pela solidariedade política com a situação de interesses e de valores das classes trabalhadoras e da população pobre. O que quer dizer que o guerrilheiro socializara-se, politicamente, para conceber a revolução social como uma entidade e uma projeção da maioria, ou seja, como *a nossa revolução*, a revolução do povo cubano. Ela teria, pois, de caminhar sempre com a maioria, mesmo depois que a guerrilha deixasse de existir e que o guerrilheiro desaparecesse por trás do homem de estado — do político ou do burocrata. As forças que tentassem domesticá-la e restringi-la, em nome da democracia burguesa e do nacionalismo correspondente, ou que tentassem esmagá-la, a partir de dentro e a partir de fora, encontrariam pela frente, para barrá-las, esse espírito guerrilheiro, que se entendia como a vontade política da *democracia armada*.

3 — Os guerrilheiros e o poder

Os guerrilheiros conquistaram o poder em uma posição que os punha acima das classes. Todavia, a unificação política das forças da oposição acarretara a necessidade de agregar e de aglutinar correntes, grupos e organizações rebeldes mais ou menos díspares entre si. Essa necessidade crescera, entre 1956 e 1958. Como os "vitoriosos", eles eram livres. Nem por isso podiam tomar a iniciativa de quebrar essa união sem perder em credibilidade política. De outro lado, ao deslocar para baixo o eixo político da guerra civil, colocaram no centro do palco os proletários rurais e urbanos. Tratava-se de uma massa sem unidade política, mas ela se convertera, de fato, na força viva da revolução. A ausência de um partido revolucionário, que educasse e organizasse politicamente essa massa, dava origem a muitos problemas graves. O castrismo ficava preso, em um plano, a compromissos unitários de uma oposição relativamente amorfa (se se excetuam o próprio Movimento 26 de Julho, o Diretório Revolucionário ou o Partido Social Popular). E, no outro, ganhava uma grande liberdade, pois não se prendia ao dogmatismo de uma "linha revolucionária de partido", embora tivesse de acompanhar as propensões revolucionárias mais ou menos espontâneas da massa. Entre esses dois extremos, estavam as organizações revolucionárias dotadas de eficácia política: o exército rebelde, o Movimento 26 de Julho e o Diretório Revolucionário. Ora, a guerrilha fundira o poder militar e o poder político revolucionariamente. Ao passar da fase a quente para a fase a frio da guerra civil, graças à sua vitória, os guerrilheiros emergiam como uma vanguarda revolucionária vitoriosa e tinham de confrontar-se com os papéis políticos decorrentes. Se havia algum joio misturado ao trigo, o peneiramento se dera em condições muito duras e deixara como produto um corpo selecionado de revolucionários de primeira linha. Ainda que não pudessem partir para as soluções revolucionárias ideais, sua socialização política garantia, por sua vez, a capacidade potencial de se identificarem com a classe revolucionária e a disposição de dirigi-la como e enquanto uma vanguarda revolucionária. O desgaste teria de vir, pois, de duas direções: 1º) de agrupamentos da frente ampla que tentavam breçar a revolução; 2º) das impulsões revolucionárias dos "proletários" e dos "humildes" — e seus reflexos na composição ou no comportamento da própria vanguar-

Os dois tipos de atritos não serão examinados aqui. No entanto, este primeiro, cumpre lembrar, não lavrou só no seio do governo revolucionário de frente ampla, pois se manifestou, em poucos casos bem conhecidos, mesmo no exército rebelde.

da — que transcendiam às probabilidades de iniciar a revolução sem liquidar ou enfraquecer os compromissos unitários da frente ampla.

Inaugura-se, assim, o período "menos heróico" ou "menos romântico" da ação dos guerrilheiros, porém, o período mais fecundo e construtivo da guerrilha como base da política revolucionária. É comum ouvir-se falar na "radicalização na Serra". Ora, a radicalização na Serra não é nada em comparação à radicalização concentrada, que teve de ser desenvolvida entre 1959 e o primeiro semestre de 1961, a qual nasce da própria estrutura do poder revolucionário e da necessidade de tomar decisões especificamente revolucionárias. A "guerrilha militar" permitira chegar à conquista do poder. A "guerrilha política" começara, então, como uma típica revolução a partir de cima. Para a honra de Cuba e a grandeza dos guerrilheiros, eles enfrentaram essa passagem inevitável com bravura, compaixão e imaginação política. Não faltou, mesmo, uma certa malícia no uso do setor liberal-radical da burguesia como uma espécie de *straw man*. Forçado a medir-se com as exigências da situação, esse setor deixou a descoberto as impossibilidades da burguesia e de uma cubanização do capitalismo — ou de uma "reforma do capitalismo" a partir do empuxo da revolução (na verdade, a composição com os liberal-radicais funcionou como uma operação de rescaldo, da qual Fidel Castro tirou todas as vantagens possíveis). Os estratos burgueses viram-se postos diante de tarefas políticas que não podiam desempenhar sem comprometer o capitalismo com a desagregação da ordem social neocolonial, ou seja, sem desagregar o modo capitalista de produção. Tiveram de titubear, de oscilar e de passar à contra-revolução no momento em que a pressão das classes trabalhadoras e da população pobre alcançara o zênite. O que simplificou deveras o trabalho destrutivo da revolução, que aumentou assim sua liberdade de dar um combate sem tréguas aos últimos baluartes da ordem social neocolonial e logrou exportar a contra-revolução (fixando-a, como um abcesso, no corpo do centro imperial). São conhecidos os custos dessa operação, em termos emocionais, de capacidade administrativa e culturais. Todavia, esses custos foram amplamente compensados pelo fato de a revolução cubana ter-se livrado de uma bomba de ação retardada e conquistado a possibilidade de formar seus quadros a partir de um ponto zero. A radicalização dos guerrilheiros no poder poderia seguir um curso livre, como se Cuba, nessa etapa de sua história, tivesse conquistado a capacidade de escolher seu próprio destino histórico.

A radicalização, agora, seria determinada no campo estritamente político, no qual a revolução a partir de cima se organizava e se convertia em realidade. A questão política central consistia em como fazer avançar a revolução: como eliminar os obstáculos, que se erguiam con-

tra ela a partir de dentro e a partir de fora; e como aproveitar a oportunidade histórica que, apesar de tudo, ficara ao alcance de Cuba no plano mundial. O argumento de que o castrismo "traíra" a revolução surgiu tanto dentro de Cuba como nos Estados Unidos (em carta de 8/4/1960 o presidente Eisenhower endossou essa acusação; ela circula ainda hoje. Entre os epígonos desse ponto de vista, cf. T. Draper, *Castroism. Theory and Practice*). As classes possuidoras cubanas cometeram o equívoco de subestimar o castrismo e o exército rebelde, como se pudessem restabelecer o *status quo ante* por meio de uma "conciliação nacional". Os Estados Unidos caíram no erro de reduzir o castrismo a uma revolução nacional-democrática e populista convencional, que poderia e deveria ser posta em seu lugar. Os papéis históricos foram invertidos e os guerrilheiros postos na parede: *ou traíam*, literalmente, a revolução cubana *ou se radicalizavam ininterruptamente*, até que encontrassem o patamar histórico do processo revolucionário que conduziam. Por conseguinte, essa etapa *continua a guerrilha por outros meios* e expõe os guerrilheiros ao que lograram evitar antes, *tomar uma posição fechada na luta de classes*. A revolução "desde o poder" (como a designa J. le Riverend, *La republica intervenida*, p. 374) deixa de ser uma "revolução de Cuba e para Cuba", de todos os cubanos. A vanguarda revolucionária proletariza-se* e, em seguida, realiza mais dois saltos: torna-se anticapitalista e busca no socialismo revolucionário uma saída para Cuba; arrastando consigo a massa dos proletários rurais e urbanos. No jargão revolucionário, estes deixam de ser os "humildes", pois os que lutavam pela revolução compartilhavam a condição política de companheiros ou camaradas.

Esse bosquejo suscita à discussão sociológica três questões básicas. Primeiro, a que se refere à própria natureza da revolução cubana (a crise da unidade política que ela envolve de imediato revela, hegelianamente, que a frente ampla era instrumental para derrubar a ditadura de Batista, mas não para destruir a ordem social neocolonial). Segundo, a que diz respeito ao "inimigo principal" (quando a desagregação da ordem social neocolonial atinge a estrutura íntima da dominação burguesa, os Estados Unidos aparecem, inevitavelmente, como a barreira final à revolução a partir de cima e, portanto, como o verdadeiro motor da radicalização ininterrupta da vanguarda-revolucionária no poder). Terceiro, a que se relaciona com o momento da história universal (a revolução cubana, apesar dos ritmos retardados do neocolonialismo, entrou em interação com as forças que constroem no presen-

* Como escreveu Che Guevara: "en el marco del proceso de proletarianización de nuestro pensamiento" ("El socialismo y el hombre", *La economía socialista: debate*, p. 376).

te um novo padrão de civilização, o que impregnou a revolução a partir de cima de conteúdos ideológicos e utópicos socialistas irreversíveis). Essas questões serão vistas em função do contexto histórico apontado, ou seja, dos quase dois anos e meio que vão da conquista do poder à virada socialista. É preciso fazer essa ressalva, porque elas também poderiam ser focalizadas de uma perspectiva mais ampla, o que traria o debate até os dias que correm.

Quanto à primeira questão, a porosidade de Cuba aos Estados Unidos, o grau de desenvolvimento capitalista em condição neocolonial e a ausência de um partido revolucionário de extrema esquerda hegemônico imprimiram à revolução cubana uma forma histórica especial. Ela se fazia diretamente *contra* a metrópole imperial, mas a saliência política se concentrara no enfoque *independentista* e só por implicação no "antiimperialismo". Como já foi assinalado, a situação revolucionária continha componentes estruturais e dinâmicos de revolução dentro da ordem e de revolução contra a ordem, o que fazia com que vários tipos de forças sociais *radicais, reformistas e especificamente revolucionárias*, movimentadas simultaneamente pelas classes burguesas e pelas classes trabalhadoras, gravitassem em torno da criação de um "modelo nacional" de desenvolvimento capitalista (nesse sentido, uma "reforma nacionalista do capitalismo" surgia como um objetivo centralmente revolucionário no seio da ordem social neocolonial). Os partidos existentes, com exceção do Partido Social Popular, não possuíam um material de poder para unificar as tarefas políticas da revolução nacional e do que se poderia designar revolução pelo desenvolvimento (capitalista). Este partido, por sua vez, prendera-se demais a uma estratégia de luta de classes fundada na presunção de que a burguesia cubana seria capaz, pressionada de baixo para cima, de unir a liberação nacional com a reforma do capitalismo e a revolução democrática. O castrismo procura superar esse ponto morto, entre 1954 e 1956, apelando diretamente para um populismo ultra-radical (é conhecida a definição que Fidel Castro propõe para o Movimento 26 de Julho: "a organização revolucionária dos humildes, pelos humildes e para os humildes". Cf. *La revolución cubana*, p. 110). Além disso, seu projeto político global articulava a revolução nacional com a autonomização do desenvolvimento capitalista e com a implantação da democracia. Essa linha revolucionária não era antagônica às classes possuidoras e aos estratos nacionalistas da burguesia cubana. Ao contrário, permitia uma flexível unificação política de todas as forças em torno de interesses comuns, vinculados à revolução nacional, à autonomização do desenvolvimento capitalista, à implantação da democracia e, por esses meios, a um redistributismo de sentido socialista (mesmo tão perto da vitória militar, em 20 de julho de 1958, Fidel-Castro derá o seu-aval — e o do exército

rebelde e do Movimento 26 de Julho — "um acordo em favor de uma grande frente cívica revolucionária de luta, de todos os setores". Cf. *op. cit.*, p. 152-155). O estado de guerra civil era tão generalizado que toda a sociedade cubana se achava mobilizada (ativa ou passivamente) na derrocada da ditadura de Batista. Esta não podia sequer empregar toda a sua potência militar contra o exército rebelde (segundo autores bem informados, nunca pôde colocar na linha de frente mais de 1/4 de suas tropas. Sobre o assunto e as principais fontes, veja-se G. Pierre-Charles, *Génesis de la revolución cubana*, p. 154). No conjunto, os precedentes sobre o esmagamento do patriotismo revolucionário, a ênfase unitária do Movimento 26 de Julho e sua absorção seletiva pelo exército rebelde, por fim a constituição de um governo revolucionário de frente ampla pareciam indicar que a revolução cubana ficaria marcada como uma reformulação nacionalista da democracia burguesa. As "projeções sociais" do exército rebelde permaneceriam recolhidas na consciência revolucionária dos guerrilheiros e no coração das massas populares. A *democracia armada* seria contraposta, como o rebento da história concreta, uma sociedade capitalista liberada.

Em termos de Cuba e de América Latina, é claro, isso não seria pouco! No entanto, como fazer semelhante evolução passar pela vitória militar do exército rebelde ou torná-la conciliável com a mentalidade revolucionária dos guerrilheiros no poder? O governo revolucionário de frente ampla não era um *governo de conciliação nacional*. Fidel Castro aceitara-o, não como uma composição legalista ou como um ponto final (na mesma época, ele proclamava que a revolução iria, enfim, começar e educava as massas para entenderem isso!). Como escreve Karol: "nem ele pretendia fazer um presente de sua revolução a ninguém; nem ele precisava estar no governo para controlá-lo" (*Guerrillas in Power*, p. 181). As classes burguesas apenas ganharam um espaço para colaborar na liberação nacional, na autonomização do desenvolvimento capitalista e na implantação de uma democracia social. Elas precisariam caminhar depressa para acertar seus passos com os dos guerrilheiros e, o que seria ainda mais decisivo, com o fluxo incontrolável das pressões de baixo para cima. Na verdade, a revolução chegara muito tarde para aquelas classes. A unidade nacional não se fizera sob a égide de um poder burguês (mesmo conservador ou reacionário, como acontecera em certos países da América Latina). Além disso, os movimentos *in flux* pela liberação nacional e pela revolução democrática não podiam ser creditados à ruptura burguesa com a ordem social neocolonial e seu modelo de desenvolvimento capitalista. Em termos de imagem histórica e de consciência social, a revolução ficara presa aos guerrilheiros e estes a viam como uma *revolução popular*.

Tudo isso patenteia que a decomposição da sociedade neocolonial acabou sendo tão rápida que a burguesia se viu privada, em todos os seus estratos — inclusive o mais poderoso, o norte-americano — de base material e social para preservar a unidade e a eficácia de qualquer dominação de classe burguesa ou para manter seu controle sobre o estado. Ao dismantelar a ditadura, e a forma política do governo títere (que funcionava, também, como um "governo de conciliação"). Ao monopolizar o poder real do governo revolucionário de frente ampla, aos níveis político, policial-militar, judiciário e diplomático, os guerrilheiros ficaram com a faculdade de arbitrar as relações e os conflitos entre as classes antagônicas (e iriam exercer a arbitragem contra o espírito capitalista inerente ao *status quo ante*). Onde e quando as classes burguesas pretenderam, por meio da sabotagem, da resistência passiva ou ativa e da contra-revolução, travar a liberação nacional, a autonomização do crescimento econômico e a revolução democrática, elas foram dissuadidas pela punição e, finalmente, pelo afastamento do governo revolucionário e pelo encurralamento (J. O'Connor, *The Origins of Socialism in Cuba*, cap. 10, contém uma lúcida análise das possibilidades de harmonização que se perderam e redundaram na destruição das classes burguesas). Não obstante, malgrado a ambigüidade do governo revolucionário de frente ampla e a flexibilidade que sublinham *as reformas dentro do capitalismo*, até fins de 1960 e o início de 1961 o sistema de poder nascido da revolução não era um sistema misto (ou seja, meio-burguês, meio-proletário). Ele era, apesar das aparências em contrário, uma ditadura guerrilheiro-popular. Esta era, pois, a forma política de síntese que a *democracia armada* teria de assumir para rearticlar os guerrilheiros, como vanguarda política, com a classe social majoritária e revolucionária.

Se os Estados Unidos tivessem demonstrado maior elasticidade e se as classes burguesas cubanas contássem com um potencial revolucionário próprio, a revolução poderia prescindir dessa "etapa a partir do poder" e, portanto, dessa "democracia armada" como forma política de transição. Nesse caso, nem a política revolucionária teria sido um prolongamento da guerrilha nem o poder de arbitragem acima das classes precisaria diluir-se tão depressa, desaparecendo quase que automaticamente em uma ditadura revolucionária exercida em nome, com o patrocínio e em defesa da maioria. A revolução poderia passar pelo e encontrar-se no *capitalismo-nacionalista e reformado*. Então se poderia afirmar sociologicamente que a revolução teria tido vários tempos e que teria passado de um estágio democrático-burguês para outro, socialista. Na realidade, as coisas não ocorreram nem poderiam ocorrer assim. Os ritmos históricos não separaram nitidamente os tempos que

se tornaram de *decomposição final* do capitalismo e de *implantação* do socialismo. Aliás, é o que assevera O. Pino Santos: "(...) parece difícil delimitar cronologicamente o momento de passagem no qual a revolução líquida, já cumpridas, as tarefas de liberação nacional, e começa as tarefas de construção socialista". E é o que ressalta, de outro ângulo, o presidente Osvaldo Dorticós: "Não há modo de encontrar uma solução de continuidade entre ambos os processos. Trata-se de um só processo de criação revolucionária emergente do triunfo da luta armada" (cf. O. Pino Santos, *Aspectos fundamentais de la Historia de Cuba*, p. 320). A revolução cubana desata e realiza simultaneamente várias revoluções, que não se completaram no passado remoto ou recente. Essa possibilidade, todavia, vincula-se à emergência de uma nova organização do poder que anulou a dominação de classe burguesa, quer como expressão da vontade imperialista norte-americana, quer como expressão da vontade capitalista propriamente cubana. Por isso, a história foi tão rápida e tornou-se impossível salvar, na desagregação final da ordem social neocolonial, o capitalismo, o regime de classes e o estado representativo.

Quanto à segunda questão, é óbvio que os Estados Unidos não precisariam passar de entrave à liberação nacional a "inimigo principal" dessa revolução se as transformações capitalistas comandassem, a partir de dentro e a partir de fora, a desagregação da ordem social neocolonial. O elemento neocolonial imantou, polarizou e castrou de modo permanente as classes burguesas. E o fez claramente graças e através da presença do *cenário imperial como e enquanto exercício de uma hegemonia neocolonial*. No declínio da era neocolonial vários setores da burguesia cubana — e até seu núcleo comprador — se dispuseram a sair do imobilismo. Essa alternativa falhou porque os Estados Unidos bloquearam qualquer transformação capitalista do capitalismo, *dentro de Cuba*, que ameaçasse ou destruísse o caráter neocolonial que sua dominação imperialista acabou assumindo, ao longo de uma evolução secular. Depois da conquista do poder pelos guerrilheiros, tanto privada quanto oficialmente os Estados Unidos responderam à guerrilha com a guerrilha. Contavam com a hipótese de que quem pode mais se desgasta menos e com a certeza de que os cubanos seriam incapazes de levar a descolonização até o fundo e até o fim. Ora, isso correspondia a encarar uma situação histórica nova à luz de experiências e de raciocínios políticos válidos para o *status quo ante*. Com a derrota de Batista e o enquadramento das classes burguesas cubanas, dentro dessa linha de ação eram os Estados Unidos que ficavam à mercê dos guerrilheiros (e não o inverso): A tática da asfixia calculada e arrogante, Fidel Castro respondeu com a tática do golpe contra golpe, seja preventivamente, seja em retaliação. A situação mundial criara espaço histórico para que

uma pequena "nação problema" da América Latina ousasse ir tão longe, desafiando o colosso e derrotando-o.

O que conta, nesse quadro geral, é que o pólo hegemônico da dominação burguesa na sociedade cubana tornou-se uma catastrófica bota de chumbo. Os setores mais abertos e os estratos verdadeiramente reformistas (ou mesmo nacionalistas) da burguesia ficaram manietados por uma defesa do capitalismo feita sob medida para agravar a situação revolucionária e prolongar a guerra civil, até que o centro imperial também fosse atingido pela derrota militar.

Esse fato possuía importância secundária, do ponto de vista diplomático ou militar. O mesmo não sucedia do ponto de vista psicológico e político. Ao agravar a situação revolucionária *depois* da queda da ditadura e da derrocada do sistema de governo títere, a interferência norte-americana contribuía para tornar a descolonização até o fundo e até o fim uma premente *necessidade nacional*. No contexto do aguçamento da luta de classes, enfraquecia as classes burguesas cubanas, dividia-as irremediavelmente ainda mais e retirava delas qualquer possibilidade de entendimento com os guerrilheiros para pôr cobro à guerra civil. As fronteiras da guerra civil se deslocaram para os Estados Unidos (onde antes estavam, mas de modo mediado e disfarçado). Em consequência, o capitalismo teria de ser posto em causa juntamente com a ordem social neocolonial, a dominação burguesa e o imperialismo neocolonialista dos Estados Unidos.

Portanto, a posição egoísta, míope e agressiva dos Estados Unidos facilitou o desenvolvimento de uma estratégia política que proporcionou à revolução cubana o próprio eixo pelo qual a descolonização poderia ser levada até o fundo e até o fim. Toda a controvérsia sobre a "traição" e a "virada comunista" dos guerrilheiros não tinha nenhum sentido. Fidel Castro aproveitou-a com extrema habilidade, de forma tipicamente guerrilheira, a qual fugia aos parâmetros convencionais e fazia os erros cometidos pelo adversário render vantagens crescentes. O governo revolucionário, que depois da queda do presidente Urrutia já tinha marcado *por onde não iria e não permitiria ir*, ganhou uma dupla oportunidade. Uma, de dissociar-se de compromissos assumidos inicialmente, na época da constituição do Movimento 26 de Julho ou logo a seguir, e outra através dos pactos de frente única. Em suma, o governo revolucionário ficara mais livre, para vincular reformas desenvolvimentistas com o combate de iniquidades herdadas do *antigo regime*. A interferência norte-americana suscitava, por aí, a redução do espaço político da burguesia como uma espécie de "questão nacional". Posto à prova, o governo revolucionário demonstrava que, desta vez, os cubanos não iriam recuar diante das tarefas impostas pela revolução nacional e democrática. A outra oportunidade possuía um caráter mais

complexo. A interferência norte-americana, por si mesma, reativava a *síndrome cubana*, o temor da recrudescência do colonialismo disfarçado. Essa formação psicossocial e política reativa expunha o reformismo desenvolvimentista a uma pressão erosiva extrema e erguia o questionamento central: como conciliar o capitalismo com a autodeterminação e a soberania de Cuba? A "reforma do capitalismo por dentro do capitalismo" poderia responder aos dilemas sociais de Cuba e às exigências históricas de sua revolução, ambos nascidos de deformações produzidas pelo próprio capitalismo? Colocando-se nesse contexto a reforma agrária de 1959, as várias medidas redistributivas desse ano e as nacionalizações de 1960, entende-se porque os guerrilheiros no poder forçaram a mão, radicalizando-se de modo contínuo e crescente. Ou seja, descobre-se o porquê de terem avançado até aonde parecia impossível ou desaconselhável *dentro do capitalismo*, para que os compromissos da revolução com o povo e com a nação fossem atendidos. A interferência norte-americana contribuía para provocar, por aí, a intensa aceleração que estava conduzindo a revolução cubana ao que deveria ser o seu apogeu histórico.

Quanto à terceira questão, é sabido que as grandes revoluções sempre trazem a marca de sua época. É ilusório buscar o caminho dessas revoluções apenas em suas potencialidades internas. Estas são decisivas, mas mesmo o que elas contêm de mais avançado ou de mais novo — a sua *modernidade* — só se revelam a partir de um *campo externo* que constitua o solo histórico do seu florescimento e consolidação. A importância desse campo histórico externo varia de civilização para civilização e, naturalmente, em uma mesma civilização, de época para época. Permanecendo no essencial: o êxito das revoluções de liberação nacional, após a II Grande Guerra, dependia estreitamente da solidariedade externa [uma questão que não pode ser discutida aqui]. Cuba, forçosamente, tinha que depender de modo ímpar desse fator, seja pela sua condição extrema de "economia de um só produto e de um só mercado", seja porque os Estados Unidos passaram muito depressa da interferência exacerbada para a guerra econômica, diplomática e militar. Portanto, a União Soviética, a China, as democracias populares e os países do Terceiro Mundo constituíam as alternativas possíveis entre tantas incertezas. A cooperação com essas nações e, principalmente, com o chamado "bloco socialista" não surgia como um simples ponto de apoio ou um mero "fator de reforço". Se essas nações aceitassem um mínimo de responsabilidades econômicas, culturais, diplomáticas, políticas e militares, configurar-se-ia, a partir de fora, a possibilidade de inclusão de Cuba nas correntes históricas da *época do socialismo*. O que estava em jogo, desse ângulo, era o grau de liberdade de Cuba de saltar da descolonização para a autodeterminação propriamente dita.

A essa oportunidade histórica prendeu-se a aceleração e o aprofundamento da revolução cubana. A partir desse patamar e dessa possibilidade, não havia o risco de que essa revolução reproduzisse a tragédia de outras revoluções da América Latina: ela não seria uma "revolução interrompida", que fora muito mais longe que as outras. Tampouco haveria o risco de "o passado se repetir" e a revolução cubana ser esmagada pelo peso do *status quo ante*. A oportunidade histórica oferecia uma alternativa de padrão de civilização, ou seja, uma base material para a continuidade da revolução e toda uma constelação de tarefas a ser enfrentada por ela, através da colaboração da vanguarda revolucionária com a massa do povo cubano. O que significa que, nesses quadros históricos, havia uma radicalização de 360 graus no rumo daquela vanguarda. Os guerrilheiros deram essa guinada e imprimiram à revolução cubana a forma política que ela deveria ter para que atingisse seus objetivos e colocasse a América Latina nas correntes históricas da época do socialismo. A revolução, que desde suas origens contivera componentes radicais e populares muito fortes, que lhe davam um sentido socialista, converteu-se numa das grandes revoluções proletárias e socialistas do século XX. 1960 aparece como o ano que prepara e efetiva esse *tourant* — e é, portanto, o ano no qual a *revolução cubana* se inicia, de fato e de modo irreversível.

A revolução a partir de cima lograra, pois, ultrapassar todos os alvos previstos. Nesta etapa, a guerrilha como meio para outros fins começa a perder sua razão de ser e os próprios guerrilheiros teriam de desaparecer como entidade histórica. Convertidos na vanguarda do estado revolucionário em elaboração, continuariam a ser a mola mestra da revolução cubana. Contudo, agora seriam os servos daquele estado, empenhados na consolidação do poder popular e na construção de *Cuba socialista*.